



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - FCI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PPGCINF

NÉRIA LOURENÇO

IDENTIFICAÇÃO DE CRITÉRIOS DE SELEÇÃO PARA A ÁREA DO DIREITO EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Brasília – DF

2012

NÉRIA LOURENÇO

IDENTIFICAÇÃO DE CRITÉRIOS DE SELEÇÃO PARA A ÁREA DO DIREITO EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação, área de concentração Transferência da Informação, linha de pesquisa Gestão da Informação.

Orientadora Professora Doutora Sofia Galvão Baptista.

Brasília – DF
2012

Néria Lourenço

IDENTIFICAÇÃO DE CRITÉRIOS DE SELEÇÃO PARA A ÁREA DO DIREITO EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação, área de concentração Transferência da Informação, linha de pesquisa Gestão da Informação.

Aprovado em ____ / ____ / ____

Prof^a Sofia Galvão Baptista
Universidade de Brasília
Orientadora

Prof^o Dr^o Murilo Bastos da Cunha
Universidade de Brasília

Prof^a Dr^a Maria Tereza Machado Teles Walter
Superior Tribunal Federal

Prof^a Dr^a Rita de Cássia do Vale Caribé
Universidade de Brasília
Suplente

Aos ciclos.
Às etapas e seus fins.

AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas que de uma forma ou outra ajudaram a realizar este trabalho, e em especial:

À Dr^a Sofia Galvão Baptista, minha orientadora, que sempre indicou, com tranquilidade e segurança, os caminhos a serem tomados;

Aos professores Murilo Bastos da Cunha e Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque, e também à Dr^a Maria Tereza Machado Teles Walter pelos ensinamentos, crítica e avaliação do trabalho;

À diretora da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, Dr^a Ana Frazão pela autorização concedida para a realização da pesquisa junto aos docentes do curso, e aos coordenadores da graduação e da pós-graduação, respectivamente, Dr^a Gabriela Neves Delgado e Dr. Argemiro Cardoso Moreira Martins que atenciosamente se colocaram à disposição durante a execução da pesquisa;

À diretora da BCE UnB e, antes de tudo, professora, Dr^a Sely Maria de Souza Costa que apesar do momento pessoal complexo no qual se encontrava durante o período de desenvolvimento deste trabalho, não deixou de lançar seu olhar cuidadoso e amigo;

À diretora interina da BCE UnB, Neide Aparecida Gomes, que sempre foi uma incentivadora ao nosso crescimento pessoal;

Aos colegas de trabalho que me encaminharam artigos com competência profissional ou por espontâneo cuidado;

A todos que em algum momento meu de cansaço, não deixaram de lançar palavras de ânimo e confiança.

RESUMO

Estudo descritivo sobre critérios de seleção na área do Direito de acordo com a visão de seu usuário especialista. O estudo foi realizado na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. A amostra foi composta pelos doutorandos com mais de um ano de curso. Teve como objetivo geral identificar os critérios de seleção na área do Direito considerados relevantes pelo usuário da área. Procurou responder qual o grau de importância atribuído pelos usuários da área aos critérios de seleção utilizados, se existia algum critério definido como importante pelo usuário que não estivesse sendo considerado pelo sistema formal, e se as características apontadas pelos usuários eram confirmadas pelas bibliografias do curso. Os instrumentos de coleta de dados foram o questionário e a entrevista. Também foi realizada análise documental nas bibliografias de pós-graduação do curso. O tratamento dos dados deu-se de forma mista. As bibliografias foram analisadas quantitativamente de acordo com a frequência de indicação nos planos das disciplinas do curso de Direito da UnB. Os questionários foram analisados quantitativamente e as entrevistas qualitativamente por meio da análise de conteúdo, separando ideias homogêneas, excludentes e exaustivas. Os dados encontrados sugerem que a avaliação feita pelos usuários da área do Direito sobre os critérios de seleção não difere daqueles utilizados pelo sistema formal. Foram identificados os critérios considerados mais importantes pelo usuário construindo-se uma hierarquia. A análise das bibliografias do curso confirmou algumas características de importância expressas pelos usuários.

Palavras-chave: Necessidade de informação. Estudo de usuários. Critérios de seleção. Desenvolvimento de coleções. Direito.

ABSTRACT

Descriptive study on criteria for selection in the area of law in accordance with the vision of its specialist user. The study was conducted at the Faculty of Law, University of Brasilia. The sample was composed of doctoral students with more than one year course. Aimed to identify the selection criteria in the area of law deemed relevant to the user of the area. Sought to answer what degree of importance attributed by the users of the area to the selection criteria used, if there is some criterion defined as important by the user that was not being considered by the formal system, and if the characteristics mentioned by users were confirmed by the course bibliographies. The data collection instruments were questionnaire and interview. Document analysis was also performed in the bibliographies of the postgraduate course. The processing of data was so mixed. The bibliographies were analyzed quantitatively according to the frequency indicated in the plans of the disciplines of law degree from UNB. The questionnaires were analyzed quantitatively and qualitatively through interviews content analysis, separating ideas homogeneous, mutually exclusive and exhaustive. The results suggest that the assessment made by users of the area of law on the selection criteria does not differ from those used by the formal system. Was identified the most important criteria considered by the user by constructing a hierarchy. The literature review confirmed the importance of some characteristics expressed by users.

Keywords: Information needs. Users survey. Selection criteria. Collection development. Law.

Lista de Ilustrações

Quadro 1 - Características das abordagens Tradicional e Cognitiva.....	27
Figura 1 – Dimensões e elementos das necessidades de informação individuais.....	33
Gráfico 1 – Área de pesquisa desenvolvida pelos doutorandos.....	62
Gráfico 2 – Comparação entre indicações positiva, neutra e negativa.....	69
Quadro 2 – Existência ou não existência de autores imprescindíveis na área de pesquisa.....	71
Quadro 3 – Critério levado em consideração no processo de seleção de material bibliográfico.....	72
Quadro 4 – Item que diferencia a editora pela qual tem preferência.....	73
Quadro 5 – Relação entre data de publicação e utilidade para uso.....	73
Quadro 6 – Prevalência entre acessibilidade e qualidade de conteúdo.....	74
Gráfico 3 – Autor por número de ocorrências na bibliografia.....	76
Gráfico 4 – Quantidade de títulos por data de publicação.....	77
Gráfico 5 – Editoras repetidas por número de ocorrências.....	77
Gráfico 6 – Frequência de títulos estrangeiros e nacionais.....	79
Gráfico 7 – Ocorrência de títulos por idioma.....	80

SUMÁRIO

1 Introdução.....	11
1.1 Justificativa.....	12
1.2 Característica da pesquisa.....	13
2 Revisão de literatura.....	14
2.1 Direito: conceitos, ramos e fontes.....	14
2.2 Estudos de usuários.....	17
2.2.1 Necessidades de informação.....	20
2.2.2 Necessidades de informação na área do Direito.....	26
2.2.3 Abordagens para estudos de necessidades de informação.....	27
2.2.4 O uso da informação.....	34
2.3 Desenvolvimento de Coleções e Seleção.....	38
2.3.1 Avaliação de coleções: metodologia, critérios, indicadores e padrão.....	43
2.3.2 Direito e seleção.....	48
2.4 O usuário e o processo de seleção.....	50
3 Metodologia.....	54
3.1 Tema.....	54
3.2 Ambiente da pesquisa.....	54
3.3 Pressuposto e problema.....	55
3.3.1 Pressuposto.....	55
3.3.2 Problema.....	55
3.4 Tipologia da pesquisa.....	56
3.5 Universo e amostra.....	56
3.6 Procedimentos metodológicos.....	57
3.6.1 Questionário.....	57
3.6.2 Análise documental.....	58
3.6.3 Entrevistas.....	59
3.7 Relato do pré-teste.....	59
4 Análise dos dados.....	61
4.1 Análise dos dados do questionário.....	61
4.1.1 Idade dos doutorandos.....	61
4.1.2 Área da pesquisa.....	61
4.1.3 Uso de outro idioma para leitura, pelos doutorandos, além do português.....	62
4.1.4 Frequência de utilização de diferentes tipos de conteúdo na atividade acadêmica...	63
4.1.5 Avaliação do grau de importância de itens considerados adequados ao processo de seleção de material para ensino e pesquisa.....	64
4.1.5.1 Autor.....	64
4.1.5.2 Editora.....	65
4.1.5.3 Atualidade.....	65
4.1.5.4 Profundidade.....	66
4.1.5.5 Formato.....	66
4.1.5.6 Precisão.....	67
4.1.5.7 Imparcialidade.....	67
4.1.5.8 Cobertura.....	67
4.1.5.9 Conveniência.....	68
4.1.5.10 Idioma.....	68
4.1.5.11 Estilo.....	68
4.1.5.12 Aspectos especiais.....	69
4.1.6 Existência de autores imprescindíveis na área de atuação do doutorando.....	71

4.1.7 Critério considerado relevante pelo usuário no processo de seleção de material bibliográfico para uso nas atividades acadêmica.....	72
4.1.8 Preferência por alguma editora e o que é considerado um diferencial.....	72
4.1.9 Data de publicação como limite ao uso da obra.....	73
4.1.10 Prevalência do fator acessibilidade sobre o fator qualidade de conteúdo no processo de seleção.....	74
4.2 Análise documental referente à bibliografia da pós-graduação da Faculdade de Direito disponível em 2011.....	75
4.3 Relato da entrevista.....	80
5 Conclusões.....	83
6 Sugestões para futuras pesquisas.....	86
REFERÊNCIAS.....	87
APÊNDICE-A Questionário.....	94

1 INTRODUÇÃO

No contexto da Ciência da Informação, encontra-se a preocupação com as necessidades e usos da informação, e é importante que eles sejam definidos a partir do usuário. Os atributos da qualidade da informação como, dentre outros, impacto, relevância, utilidade, valor esperado, valor percebido e valor de uso, devem estar relacionados ao indivíduo, ou seja, a informação deve ser analisada do ponto de vista de quem ou para quem ela será útil.

A atividade de seleção da informação é um processo intelectual que demanda variados tipos de conhecimento prévio e, principalmente, o conhecimento da comunidade na qual o usuário está inserido. A necessidade informacional do usuário deve ser a questão norteadora do processo de seleção, transparecer como relevância do acervo e permitir a satisfação deste cliente.

Ao reconhecer a complexidade do processo de seleção, esta pesquisa adota como objetivo geral:

- Identificar critérios que sejam considerados pertinentes para a seleção do material bibliográfico destinado ao ensino e à pesquisa na área de Direito, sob o ponto de vista do usuário.

Os objetivos específicos são:

- a) identificar os critérios (tópicos) de seleção considerados relevantes;
- b) identificar no ato de seleção os critérios utilizados pelos usuários;
- c) analisar sugestões do usuário sobre novos critérios pertinentes;
- d) investigar sobre a preferência por formatos e por editoras ou produtoras existentes, e
- e) identificar a relevância do fator data de publicação para a atividade de seleção.

1.1 JUSTIFICATIVA

As necessidades de informação, oriundas do indivíduo, devem ser preocupação constante para o profissional da informação. Contudo, estas necessidades precisam ser categorizadas por áreas do conhecimento específicas, uma vez que podem se diferenciar ao sofrerem influências diversas do meio acadêmico-profissional no qual estão inseridas.

Como responsável pela área de formação desenvolvimento de coleções, observei que para cada usuário, relacionado ao seu ambiente de atuação, havia características específicas que transpareciam em suas demandas e necessidades de informação. Como, então, oferecer a este usuário específico de determinada área, uma informação ou conteúdo que ele pudesse considerar relevante? Esta dúvida foi o fator motivante desta pesquisa e os resultados podem contribuir para o trabalho de outros profissionais.

A escolha da área de Direito como foco desta pesquisa justifica-se por sua relação direta com a sociedade, uma vez que sofre influências e também influencia esta sociedade de forma contínua. A sociedade, como organismo dinâmico, sofre modificações ao longo do tempo, tornando esta área de estudos especialmente complexa na medida em que procura se adaptar às novas necessidades e características apresentadas por seus atores em determinado contexto. Além da dinamicidade, a área do Direito também demonstra grande complexidade uma vez que possui vários ramos e áreas de atuação. Estas características geram dificuldades em relação ao domínio do conhecimento especializado. Neste caso, a visão do usuário especialista é de significativa importância.

O local escolhido para a realização desta pesquisa foi a Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (FD - UnB), uma vez que esta universidade é a mais antiga da região, apresentando experiência acadêmica. Em 2007, o mestrado e o doutorado do curso do Direito da UnB receberam nota cinco na avaliação trienal realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)¹. A nota se repetiu na avaliação realizada em 2011², o que é um indicativo

¹ Disponível em: <<http://contendoweb.capes.gov.br/contendoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarRegiaoIesPrograma&codigoIes=53001010>>. Acesso em: 10 abr. 2012

² Disponível em: <http://www.unb.br/sobre/pos_graduacao>. Acesso em: 10 abr. 2012

de qualidade. A Universidade de Brasília chegou a receber em 2011 o premio Guia do Estudante Abril³ como reconhecimento nas áreas de Ciências Sociais e Humanas.

1.2 CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA

A pesquisa se baseou em princípios que apontam a necessidade de considerar a opinião do usuário para o desenvolvimento de coleções, como pode ser visto nos trabalhos de Figueiredo (1979, 1993, 1994). Considera-se o que realmente tem importância para este usuário como indivíduo possuidor de experiências próprias e com uma capacidade individual de cognição e construção da realidade. Aceita-se a ideia de que aqueles que recebem os serviços são os que têm melhor condição para julgar.

Para este estudo procurou-se buscar a participação direta do usuário especialista como avaliador de um sistema formalizado e por convidá-lo a participar da construção do conhecimento com sugestões, fruto da sua experiência individual. Amaral (2008) afirma que o profissional da informação deve tornar o usuário um parceiro colaborador, envolvendo-o nos processos de planejamento e produção de novos produtos e serviços de informação com valor agregado.

³ Disponível em: < Disponível em: < <http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=5758>>. Acesso em: 10 abr. 2012

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 DIREITO: CONCEITOS, RAMOS E FONTES

Sebastião Cruz (1971 *apud* FERRAZ JUNIOR, 1988) relata que a palavra direito faz referência à deusa romana da justiça, “Justitia”, que segurava em suas mãos uma balança com fiel. Dizia-se que havia justiça quando o fiel estava absolutamente perpendicular em relação ao solo, ou seja, *de rectum*. Para Silva (2010), o significado trazido até nossos dias é de algo “muito reto” ou “muito justo”.

O Direito demonstra relação direta com as sociedades humanas, apresentando uma coexistência milenar. Desta relação surge a ideia de que o Direito é essencial à vida, uma vez ser fundamental e também necessária a definição dos direitos e obrigações (regras de conduta), assim como a resolução dos conflitos de interesse (organização das inter-relações pessoais existentes) que possam surgir a qualquer tempo entre os membros desta sociedade (LIMA, 1986).

Estas regras de conduta são denominadas normas éticas e podem ser de natureza moral, religiosa ou jurídica. Portanto, nem toda norma de conduta é jurídica. Isto é o que os juristas chamam de “o mínimo ético” (KELSEN, 2006), ou seja, a atuação do Direito ocorre apenas em situações ou valores que a sociedade julga essenciais. Característica deste tipo de norma é o fato de estar dirigida à conduta externa do indivíduo e apresentar sanção ao seu descumprimento.

No mundo contemporâneo, cada Estado adota um direito próprio em seu país, organizado de acordo com determinadas características. Os principais grupos são os de direito de origem romano-germânica (com base no antigo Direito Romano) e o grupo dos direitos de origem anglo-saxã (*Common Law*). Há também outros tipos de direito, como os de base religiosa (por exemplo, a *charia* derivada do Islã).

Outra grande divisão existente na área do Direito classifica-o em direito positivo e direito natural. Direito positivo é o conjunto de normas vigentes, ditadas e impostas por um Estado em determinado território, variando de acordo com as condições sociais encontradas num período de tempo específico (LIMA, 1986). Já o direito natural, é um tipo de direito que pretende ter a mesma eficácia,

independentemente do lugar onde esteja sendo observado e, também, não depender de opiniões para alcançar a efetividade (ARISTÓTELES *apud* BOBBIO, 1995). Para São Tomás de Aquino, as normas de direito positivo derivavam do direito natural (BOBBIO, 1995).

Diniz (2002 *apud* SILVA, 2010) lembra outra classificação existente e compara o Direito positivo ao objetivo, o qual é conceituado como um conjunto de normas jurídicas que regem o comportamento humano, de modo obrigatório, prescrevendo sanção no caso de sua violação. De acordo com esta classificação, o direito subjetivo diz respeito ao direito que o Estado disponibiliza ao cidadão, sem a obrigatoriedade em exercê-lo, dependendo apenas da própria vontade para exercê-lo ou não (por exemplo, comprar um imóvel ou casar-se).

Quanto à origem ou raiz do pensamento jurídico, tem-se mais uma classificação: a família romano-germânica e a família da *Common Law*. Cada qual tem um espaço de atuação e características próprias.

A família romano-germânica, caracterizada pelo fato de a regra de direito ser genérica e aplicada pelos tribunais em caso concreto. É fortemente influenciada pelo direito romano (DAVID, 1993). É normalmente escrita, o que permite o fenômeno da codificação do direito, ou seja, as regras genéricas são compiladas em códigos de leis e posteriormente aplicadas pelos juristas e tribunais.

Em termos geográficos, pertencem à família romano-germânica os direitos da maioria dos países europeus (excluindo Reino Unido e Irlanda), de toda a América Latina, de grande parte da África, do Oriente Médio, do Japão, da Indonésia e também o direito do Brasil.

Já a família da *Common Law* é formada a partir do direito originário da Inglaterra, com as atividades dos tribunais reais de justiça após a conquista normanda. Além do direito britânico, este sistema inclui todos os países de língua inglesa, inclusive os Estados Unidos. A base desta família do direito é jurisprudencial (*a case law*, em inglês), cujo cerne é a regra do *stare decisis* (ou regra do precedente), pela qual as decisões judiciais anteriores (os precedentes) devem ser respeitadas quando da apreciação de um caso concreto (DAVID, 1993).

Mais uma divisão na área do Direito é apresentada por Gusmão (2006 *apud* SILVA, 2010), quando diz que o Direito se divide em dois grandes ramos: Direito Público e Direito Privado. Para o autor, o Direito público é subdividido em interno e

externo e rege as relações entre Estado e interesse público (coletivo). O Direito privado, por sua vez, trata das relações entre particulares.

As fontes do Direito “são os meios pelos quais se formam ou se estabelecem as normas jurídicas” (MONTEIRO 2003 *apud* SILVA, 2010). No caso brasileiro, são classificadas em materiais e formais.

Fontes materiais têm sua fundamentação na origem do Direito, na Sociologia, na Ética, na Política e no costume. Dados retirados das tradições e das ideias dominantes e também os fenômenos sociais, compõem as fontes materiais. É a partir destes dados que se obtém matéria para inserir nas fontes formais.

Fontes formais são os meios de apresentação do Direito (ex.: leis, jurisprudência, doutrina, etc.).

As fontes formais se dividem em:

- Legislativas - são atos legais que definem as normas corretas de conduta, os direitos, os deveres, as proibições. Estão subdivididas em superiores (leis, projetos de lei, decretos, medidas provisórias, acordos e tratados) e inferiores (circulares, resoluções, carta-circulares, instruções, comunicados, etc.);
- Doutrinárias – oferecem fundamentação teórica, representando o aspecto científico do Direito. É o meio pelo qual se propõe conceitos e definições, em geral são a opinião dos juristas sobre uma matéria concreta do Direito. São exemplos as monografias, artigos, pareceres, trabalhos de eventos;
- Jurisprudenciais – são formadas pelo conjunto de várias decisões dos tribunais. Permitem aos advogados identificarem qual o caminho mais adequado a seguir ao tomarem conhecimento de como os tribunais têm julgado determinados tipos de problemas.

As fontes legislativas devem estar sempre atualizadas, observando-se as alterações, o surgimento de novas leis ou normas e as revogações ocorridas. Já em relação às doutrinárias, a principal preocupação deve ser em conhecer os livros clássicos de cada área, além de buscar atualizar-se sempre em relação às discussões inovadoras. Em relação às fontes jurisprudenciais, deve-se ter a

preocupação em manter um conjunto o mais completo possível, permitindo ao usuário uma visão adequada das tendências correntes na área (SILVA, 2010).

O Direito, no Brasil, divide-se em ramos bastante diferenciados, entendidos como forma disciplinar de apresentação. É um conjunto harmônico e tecnicamente sistematizado. Conhecer seus ramos permite entender a complexidade e extensão da área.

De acordo com a classificação decimal de Direito, proposta por Carvalho (2002), tem-se como ramos principais:

- Direito Público (abrangendo Direito Internacional Público, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Processual, Direito Penal, Direito Previdenciário, Direito Militar e Direito Aéreo);

- Direito Privado (abrangendo Direito Civil, Direito Comercial, Direito Internacional Privado, Direito do Consumidor, Direito do Trabalho);

- Direito Canônico

- Direito Romano

É importante perceber, face ao grande número de áreas de atuação do Direito, que não se trata de áreas acabadas ou isoladas, mas interligadas e que se refletem umas nas outras. Por isto, Ferraz Jr.(1980 *apud* SILVA, 2010, p.69) diz que “a própria noção de hierarquia passa a ser secundária [...], mesmo porque a linha produtora do Direito não é vertical nem contínua”.

2.2 ESTUDOS DE USUÁRIOS

Na década de 1940 surge a preocupação em investigar, na área de Ciência da Informação, a necessidade dos usuários. É quando se torna reconhecida a importância destes estudos. Desde o advento, em 1948, da Conferência de Informação Científica da Sociedade Real no Reino Unido e da Conferência Internacional de Informação Científica em 1958 (GASQUE; COSTA, 2010), várias revisões de literatura e pesquisas foram realizadas, o que possibilitou, em função das muitas discussões ocorridas, uma evolução natural da área de estudos de usuários. Na área de pesquisa sobre as necessidades e uso da informação, passou-

se das investigações generalistas para uma investigação de questões mais específicas e pontuais, uma vez que houve o reconhecimento da complexidade e da singularidade destas necessidades de informação relacionadas aos usuários.

A preocupação com a defasagem informacional sobre o usuário sempre foi motivador de estudos específicos, os quais são um instrumento indicado para determinação do porquê, do como, e para quais fins os indivíduos usam a informação, além de quais os fatores afetam este uso (FIGUEIREDO, 1994).

Contudo, o objetivo dos estudos de usuários no final da década de 1940, de acordo com Ferreira (1995a), era agilizar e aperfeiçoar os serviços e produtos oferecidos pelas bibliotecas, estando as pesquisas restritas à área das ciências exatas. Na década de 1950, os estudos passam a investigar o uso da informação por grupos específicos de usuários, já abrangendo a área de ciências aplicadas. Somente na década de 1960, o comportamento dos usuários passa a ser o foco central das investigações, iniciando então estudos de fluxo da informação e dos canais formais e informais de comunicação. A partir desta década, a importância dada às investigações sobre necessidades dos usuários e uso dado à informação fica confirmada quando, a partir de 1966 inicia-se a seção especial sobre "Necessidades e Usos de Informação" na publicação *Annual Review of Information Science and Technology* - ARIST.

Segundo Baptista e Cunha (2007) e Gasque e Costa (2010), a primeira revisão sobre necessidades e uso de informação, foi realizada por Menzel nas áreas de ciência e tecnologia, em 1966. O grupo alvo das pesquisas neste período eram os tecnólogos e os educadores. Os problemas identificados nas pesquisas da época, dentre outros, foram a existência de poucas técnicas, a diversidade e a ambigüidade na linguagem de discussão, a ausência de fundamentação adequada e de experimentos rigorosos, como também constataram Herner e Herner no estudo publicado em 1967. Em 1968, Paisley revisou os trabalhos anteriores até aquela data e concluiu que havia ocorrido significativa melhora de qualidade. Sugeriu, contudo, como grande contribuição, o uso de metodologias diversas para a confirmação e conseqüente aumento de credibilidade nas teorias existentes.

Para Ferreira (1995a), até a década de 1970 a pesquisa na área de Estudos de Usuários era dividida em dois tipos: orientada ao uso ou serviço de bibliotecas ou orientada ao usuário. Críticas feitas ao tipo de pesquisa realizada, neste período,

diziam que estes estudos não conseguiam resolver os problemas existentes de forma efetiva (WHITE *apud* DERVIN e NILAN, 1986). Poucos se preocupavam em investigar como as bibliotecas eram utilizadas, ou o porquê dos usuários as utilizarem e muito menos o efeito deste uso na vida dos usuários (MARTYN *apud* FIGUEIREDO, 1994).

Na década de 1970, este tipo de estudo foi definido como aquele que se preocupava com aspectos de uso, demanda e necessidade. A maior preocupação passa a ser o usuário e a satisfação de suas necessidades de informação, principalmente nas áreas das humanidades, ciências sociais e administrativas. Passa-se a valorizar mais a pessoa e suas ideias; há uma amplitude de temas e também a distinção entre cognitivo e social. Mostra-se necessário, então, ampliar a compreensão sobre usuários devido à complexidade destes estudos, e não permanecer voltado apenas para os sistemas de informação. Nesta fase, segundo Gasque e Costa (2010), percebe-se a necessidade de amadurecimento da área.

Na década de 1980, Pinheiro (1982 *apud* BAPTISTA; CUNHA, 2007) observa que a principal preocupação passou a ser o planejamento de serviços e sistemas de informação para a satisfação de necessidades da informação. Gasque e Costa (2010) lembram que, nesta época, as pesquisas preocuparam-se em avaliar a satisfação a subjetividade e os valores individuais; houve o surgimento da abordagem social.

A partir de 1994, a preocupação passou a ser com a investigação das necessidades do usuário ou com a avaliação do atendimento destas. Wilson (1999) ampliou a ideia sobre o tema estudo de usuários, afirmando que deveria ser compreendido de forma mais abrangente e denominou-o comportamento informacional. Este segmento vê os estudos de usuários como uma parte da Ciência da Informação a qual procura conhecer as necessidades de informação, busca, uso e transferência da informação pelos usuários de uma instituição ou sistema (GASQUE; COSTA, 2010).

A visão contemporânea, a partir de 2000, apresenta-se multifacetada e trabalha com múltiplas opiniões integradas para a compreensão do comportamento informacional, em contextos diversos como o cognitivo, o social, o cultural, organizacional, o afetivo. Apresenta maior preocupação com a influência do social,

com a compreensão da mente do indivíduo, maior esforço em estudo da individualidade, e maior profundidade em análise global (GASQUE; COSTA, 2010).

Courtright (2007 *apud* GASQUE; COSTA, 2010) observa que os indivíduos vivem em um ambiente complexo, múltiplo, sobreposto e dinâmico. Isto faz com que seja necessário o uso de múltiplos métodos e novas metodologias, tanto na construção teórica quanto no modo de se delinear a investigação.

2.2.1 Necessidades de informação

Krikelas (1983 *apud* FERREIRA, 1995a, p.61) define o comportamento de busca de informação "[...] como uma atividade de um indivíduo empenhado em identificar uma mensagem para satisfazer uma necessidade percebida".

A necessidade de informação, por sua vez, pode ser definida como a carência de informação que o indivíduo deve suprir para realizar uma atividade profissional, uma pesquisa, tomar uma decisão etc., ou seja, é a percepção da diferença entre o estado desejado de coisas e a situação real (LIRA *et al.*, 2007).

Segundo Calva Gonzáles (2004), as obras que tratam sobre as necessidades de informação de pesquisadores são escassas e confirmam que na verdade não se sabe com precisão como é que um pesquisador resolve suas necessidades de informação nem quais são elas. Ainda segundo o autor, mesmo quando se avalia esta questão no contexto de países desenvolvidos, continua pequeno o conhecimento que se tem sobre as necessidades de informação dos cientistas sociais se comparado com as necessidades dos cientistas das áreas naturais, as quais foram alvo de maior atenção por parte de pesquisadores. Este é um quadro que se apresenta nos países latino-americanos de modo geral.

Aceita-se que adquirir uma informação não é um fim em si mesmo, pois a importância maior está em compreender o uso desta informação (uso real), o que possibilita um entendimento mais completo do processo de busca (BAWDEN, 2006).

Para Miranda (2006), os três fatores que unem as vertentes de estudos das necessidades de informação são a construção de sentido, a busca da informação para a construção do conhecimento e o uso da informação e do conhecimento para solucionar problemas.

Wilson (2000) afirma que se a literatura sobre necessidades humanas fosse analisada, perceber-se-ia que ela se divide em três categorias:

- Necessidades fisiológicas como necessidade por comida, água, abrigo, etc;
- Necessidades afetivas ou emocionais como a necessidade por dominação, por realização, etc.;
- Necessidades cognitivas como as necessidades de planejamento, de aprender uma competência, etc.

Le Coadic (2004) categoriza as necessidades de informação de pessoas ou grupos em função de:

- Conhecimento (valor filosófico ou intrínseco): necessidade derivada do desejo de saber;
- Ação (valor prático ou instrumental): derivada de necessidades exigidas para a realização de atividades humanas como trabalhar, locomover-se, comer, reproduzir-se. O valor prático pode ser dividido em valor de uso (*value in use*) e valor de troca (*exchange value*);
- Necessidade humana: é o estado de privação de alguma satisfação básica, ou a necessidade de busca da informação para satisfazer necessidade específica;
- Desejos: carência no atendimento a necessidades mais profundas. Desejo é o que o indivíduo gostaria de ter, podendo ou não coincidir com suas necessidades;
- Demanda: são desejos por produtos específicos, assegurados pela habilidade e disposição de aquisição. A demanda é o que o indivíduo expressa, indicando uso potencial;
- Uso: é a informação que o indivíduo realmente utiliza, podendo ou não ter sido expresso.

Devido à grande quantidade de categorias de necessidades existentes, Wilson (2000) sugeriu que melhor seria se fosse evitado o termo necessidade de informação de forma generalista. Para este autor, o mais adequado é o uso do termo busca da informação como algo que possibilite satisfazer um tipo de necessidade específica, quer seja por comida, abrigo, dinheiro, status, etc...

Observou-se como a informação ou busca por ela está relacionada com a afetividade, quando Wilson (2000) disse que a escolha de documentos ou de canais

de comunicação é orientada por necessidades afetivas até mais que por necessidades cognitivas. Por exemplo, canais de transmissão oral, capas raras ou livros ilustrados escolhidos pela beleza. Também a lei do menor esforço é um exemplo de predomínio da parte emotiva sobre a cognitiva.

Os principais geradores das necessidades afetivas são o ambiente, combinado com a estrutura da personalidade individual. Já os geradores das necessidades cognitivas são a necessidade de resultados na execução de uma tarefa, o planejamento e a tomada de decisão (WILSON, 1981).

São fatores importantes na definição das necessidades informacionais individuais, segundo Dias e Pires (2004): formação básica do usuário; treinamento que possui na utilização de fontes, produtos e serviços de informação; acesso a estes serviços; condições de trabalho e tempo que dispõem para a busca da informação; grau de instrução; conhecimento de línguas; posição sócio-profissional; sociabilidade; grau de competição dentro do grupo de atuação; imagem que cada um tem sobre a informação e das experiências anteriores.

As necessidades informacionais apresentam características mais gerais quando a análise é feita por grupos de usuários. Desta forma, torna-se possível que as particularidades e o contexto de cada grupo possam determinar algum padrão. Calva Gonzáles (2004) observa que os pesquisadores das instituições de ensino superior, por exemplo, como qualquer outra pessoa da sociedade, apresentam necessidades de informação, as quais se relacionam principalmente com suas atividades laborais de pesquisa.

Ferreira (1995a) constata, por meio de análise de pesquisas, que atributos demográficos (sexo, idade, raça, religião, renda familiar) não são indicadores potenciais do comportamento de busca e uso da informação. Assim, classifica os fatores que influenciam o usuário em relação à informação da seguinte forma:

Variáveis comportamentais

- Personalidade (valores, crenças, atitudes, motivos, estilo de vida, etc.)
- Incertezas, ambigüidades e riscos percebidos
- Memória (experiências acumuladas)
- Aprendizagem (repetição de experiências)
- Predisposição para busca, avaliação, escolha e reação

- Experiência, faixa etária, nível educacional, estilos cognitivos e orientação individual
- Interesses e atividades de lazer
- Profissão (área de assunto, atividades, interesses, hábitos profissionais e ambiente de trabalho). O qual é considerado o fator mais determinante.

Variáveis externas

- Informações objetivas
- Comunicações induzidas
- Grupos de referência
- Local de trabalho
- Frente de pesquisa

Observa-se que nem todas as necessidades de informação levam à busca, pois é necessário estímulo ou motivação maior para o início do processo. Normalmente, este estímulo relaciona-se com o papel profissional do indivíduo ou com a necessidade imediata de resolução de um problema. Também é importante estudar quando ou por que o indivíduo deixa de buscar uma informação. Segundo Miranda (2006), se a pessoa acredita que já possui informações suficientes para a atividade a que se propõe, ela não buscará mais informações (Teoria do *Stress*). No caso da necessidade de se lidar com um problema, antes de iniciar uma busca, a pessoa normalmente avalia o custo ou o benefício implícito neste processo.

Taylor (1968 *apud* ALVES; FAQUETI, 2002), num estudo clássico, considerado um marco na área de estudo sobre busca da informação, identificou quatro estágios de necessidades da informação:

- Q1 – Necessidade visceral (*Visceral Need*) – quando a necessidade é sentida apenas como insatisfação;
- Q2 – Necessidade consciente (*Conscious Need*) – quando a necessidade está mal definida pelo usuário;
- Q3 – Necessidade formal (*Formal Need*) – quando o usuário já consegue organizar sua necessidade de forma sistemática, podendo expressar-se;
- Q4 – Necessidade comprometida (*Compromised Need*) – quando no processo de busca efetiva, o usuário negocia sua necessidade de informação.

Na abordagem centrada no usuário de Belkin, Oddy e Brooks (1982 *apud* LIRA *et al.*, 2007) é desenvolvido o conceito *Anomalous State of Knowledge* (ASK), o qual define um processo iniciado por uma dúvida que impulsiona o usuário na busca de informação para preencher esta lacuna (ou *GAP*) em seu estado de conhecimento. O fim do processo é a solução do problema. De acordo com esta abordagem, a necessidade de informação, apesar de desconhecida pelo usuário, está ligada à tarefa de resolução de um problema ou aquisição de conhecimento, quando reconhecida a falta deste conhecimento, a qual é a motivação necessária para desencadear o processo de busca. Este é um processo dinâmico e com tendência à evolução, que apresenta avaliação sistemática dos resultados obtidos, diferenciando-se do processo existente no modelo tradicional, onde o usuário deveria relatar sua necessidade numa linguagem clara, de forma a se encaixar no sistema de informação existente, ou seja, apenas como informante, segundo Alves e Faqueti (2002).

Há ainda uma terceira abordagem bastante significativa, de acordo com Alves e Faqueti (2002), também com foco centrado no usuário, de autoria de Brenda Dervin. Denominada *Sense-making Approach* (sem correspondência exata em português, também chamada construção de sentido; criação de sentido; ou fazer sentido.), baseia-se na idéia de que a informação é diretamente dependente da interação entre o homem e o mundo. Sob este ponto de vista, os documentos contêm apenas dados que só depois de lidos e interpretados pelo indivíduo passam a ser informação, ou melhor, a informação para ser relevante precisa ser significativa para o indivíduo, dependendo do estado de sua necessidade. Ou seja, de acordo com Ferreira (1997), é a atividade humana de observação, interpretação e compreensão do mundo, inferindo-lhe sentidos lógicos, advindos do uso dos esquemas interiores.

Dervin (1986, *apud* FERREIRA, 1997) define essa atividade, portanto, como um comportamento interno (cognitivo), e também externo (atitudes, reações), o que permite ao indivíduo construir e planejar seus movimentos e ações através do tempo e do espaço. O *sense-making* é exemplificado por Dervin como uma circunstância em que um indivíduo numa situação de busca ou uso da informação se depara com uma lacuna ou abismo (problemática na busca). Precisar, então, de

estratégia que o leve até o uso concreto da informação, e só assim poderá chegar ao ciclo de experiência.

O *sense-making* focaliza como os indivíduos usam as observações realizadas para construir seus próprios quadros da realidade e como os utilizam para direcionar seu comportamento. Ou seja, como as pessoas criam significados e como escolhem seus caminhos. Assim sendo, o processo de construção não permite determinar *a priori* qualquer movimento individual ou coletivo.

No emprego da abordagem *sense-making* deve-se aceitar alguns pressupostos como: individualidade – usuários devem ser tratados como indivíduos e não como conjuntos de perfis demográficos; situacionalidade – cada usuário possui sua própria realidade de tempo e espaço; utilidade da informação – o modo de utilização da informação é individual; padrões – tenta-se chegar aos processos cognitivos comuns à maioria analisando-se características individuais de cada usuário. Na abordagem de Dervin, existe uma necessidade humana de criar sentido e de buscar conhecimento.

Para Dervin e Nilan (1986), mesmo ao se reconhecer a importância de ajuste do sistema em função da necessidade do usuário, e tendo a intenção de melhor servir ao cliente, não basta tentar adaptar o usuário ao sistema, é preciso ver o ponto de vista deste usuário.

Já a concepção de Kuhlthau (1994 *apud* ALVES; FAQUETI, 2002), baseia-se na idéia da busca da informação como processo de aprendizagem, e levou ao desenvolvimento do modelo denominado Information Search Process (ISP). Este modelo, como outros anteriores, também considera a falha no conhecimento como o fator motivador desencadeante do processo de busca.

Kuhlthau observou que, durante o processo de busca, alteram-se as ações (estado físico), os pensamentos (estado cognitivo) e os sentimentos (estado afetivo) do indivíduo. Observou também que o sentimento de insegurança aparece várias vezes durante este processo até que se consiga definir o tema central da busca.

O modelo de Kuhlthau é influenciado pelas teorias construtivistas do processo de aprendizagem e, como tal, acredita ser este processo resultado de uma construção pessoal do conhecimento e não fruto da transmissão do conhecimento como na visão behaviorista.

Segundo Totterdell e Bird (1976 *apud* FIGUEIREDO, 1993), o profissional da informação e os cientistas desta área de conhecimento devem dar mais atenção para a importância de desenvolver atitudes eficientes com relação à satisfação de necessidades expressas do usuário, à promoção e direcionamento das necessidades não expressas e no desenvolvimento de necessidades não ativadas, muitas vezes por meio de uma maior comunicação.

Araújo Júnior (1998 *apud* ROCHA, 2010) ressalta que na implantação de serviços e na oferta de produtos informacionais deve-se levar em consideração o perfil básico do consumidor da informação por meio do monitoramento constante de suas demandas expressas.

Portanto, seja na visão de ciência pura, seja na visão de ciência aplicada, somente se alcança um bom resultado se o foco das pesquisas for mantido no usuário, suas dificuldades e necessidades, e sob seu ponto de vista.

2.2.2 Necessidade de informação na área do Direito

Ao estudar um grupo de advogados, em relação à frequência com que uma necessidade de informação se apresenta, Bresnick (1988 *apud* MARTÍNEZ-SILVEIRA; ODDONE, 2007) destaca que as necessidades deste grupo são recorrentes, relacionadas a casos já atendidos. A gama de informações com que os advogados lidam é muito grande e envolve assuntos da área legal, assim como os relacionados com as particularidades de cada caso. Por esta razão, suas fontes de informação são igualmente diversificadas, abrangendo desde recursos legais até bases de dados que cubram assuntos relacionados ao meio ambiente, à segurança, ou a assuntos técnicos e científicos variados.

Também, em pesquisa realizada com um grupo de advogados, Kuhlthau e Tama (2001) identificaram a preferência por determinado formato, utilizando-se mais o material impresso que material acessível *online*. Os respondentes justificaram que o material impresso permite manter vários títulos abertos para consulta imediata, enquanto que, se o material estiver *online*, a consulta é feita em um de cada vez, e o procedimento de rolar a barra ou trocar de página para acessar outro documento faz com que se perca o fio do raciocínio.

Assim como acontece com os usuários da área de Direito, as características de necessidade e usos são específicas para outros grupos como mostram pesquisas na área de engenharia (ROBINSON, 2010), física (FERREIRA, 1995a), biologia (CRESPO; CAREGNATO, 2006), biotecnologia (BETTIOL, 1988), dentre outros. Desta forma, fica clara a necessidade de estudo sobre os tipos de comportamento, necessidades e usos da informação por parte dos clientes dos variados sistemas de informação existentes. Vergueiro e Carvalho (2001) confirmam esta ideia ao realizarem pesquisa na área de odontologia e recomendarem a realização de outras pesquisas envolvendo diferentes áreas do conhecimento.

2.2.3 Abordagens para estudos de necessidades de informação

A partir do final da década de 1970, a forma de pensar a pesquisa na área de busca e uso da informação modifica-se e a literatura passa a apresentar duas novas abordagens: a tradicional ou demográfica e a alternativa ou cognitiva (DERVIN; NILAN, 1986). O quadro 1 apresenta as principais características das duas abordagens:

QUADRO 1 – Características das abordagens Tradicional e Cognitiva

ABORDAGEM TRADICIONAL	ABORDAGEM COGNITIVA
<u>Informação objetiva</u> O foco está no emissor.	<u>Informação subjetiva</u> O foco está no receptor.
<u>Usuários mecanicistas, passivos</u> O usuário da informação é visto como um receptor passivo de um pacote de informações passivas ou como um sistema robótico de processamento de informação.	<u>Usuários construtivistas, ativos</u> O usuário da informação é visto como ser propositivo, auto-controlador ou construtor de sentido. Comportamentos e estratégias usadas são estudados.
<u>Trans-situacional</u> Estudos tradicionais tentam prever o comportamento de acordo com modelos estáticos, que atravessam tempo e espaço. O resultado das pesquisas seria adequado a todos os usuários, em todas as situações.	<u>Situacional</u> O individual trabalha com diferentes focos e diferentes tempos e que o formato dos mapas cognitivos muda de acordo com estes fatores.
<u>Visões atomísticas</u> Estudos tradicionais não levam em consideração o encontro do usuário com o sistema de informação nem as consequências deste encontro. É como tirar fotos de algo que deveria ser filmado.	<u>Visões holísticas</u> Têm sido sugeridos mais estudos holísticos, com foco em toda a interação social existente no contexto ao qual o usuário pertence.

Fonte: elaborado pela autora de acordo com Dervin e Nilan (1986).

Estudos feitos sob a influência da abordagem tradicional tendiam ao behaviorismo, apresentando as características de distanciamento entre objeto e observador e ao uso de métodos exclusivamente quantitativos na tentativa de evitar qualquer viés no resultado das pesquisas, além da orientação hipotético - dedutiva nas investigações.

Evans (1979) ressalta que é fundamental o reconhecimento de que um fenômeno social é diferente de um fenômeno físico e que devido a este fato, se diferentes formas de conhecimento são apropriadas, então a estratégia de investigação deve ser direcionada diferentemente. Justifica-se, então, a diferenciação das metodologias em quantitativas e qualitativas.

No período que vai da década de 1960 até a década de 1980, Baptista e Cunha (2007) afirmam ter sido mais utilizado o método quantitativo, caracterizado pelo uso maciço da técnica estatística. Segundo estes autores, isto ocorreu devido à necessidade de aumentar a confiabilidade no processo por meio de aumento da precisão na análise dos dados e na interpretação dos resultados.

Dervin e Nilan (1986) definiram os estudos voltados para a abordagem dita tradicional, como aqueles que geralmente examinam o comportamento do usuário real ou potencial de acordo com as seguintes características:

1. uso de um ou mais sistemas de informação, serviços ou materiais;
2. ser afetado por uma ou mais barreiras ao uso do sistema de informação;
3. demonstração de satisfação ou insatisfação com os atributos do sistema.

Na perspectiva de Taylor (1986 *apud* FERREIRA, 1995a) os estudos na abordagem tradicional dividem-se naqueles que se preocupam com o conteúdo, como os direcionados aos temas de interesse de grupos específicos de usuário, e naqueles que se preocupam com a tecnologia e que se voltam para a análise do uso de livros (acervo em geral), fontes ou sistemas. Em ambos os casos, o principal foco de atenção não é o usuário, mas o sistema como um todo. No interesse de aumentar a eficiência do sistema, o usuário fica relegado ao segundo plano. Alves e Faqueti (2002) concordam com Taylor quando dizem que este modelo percebe o usuário como elemento estático, ou seja, aquele elemento que deve adequar-se ao sistema de informação construído.

Nesta visão, a informação é vista como algo objetivo, existente fora das pessoas e que, portanto, pode ser transferida de uma pessoa para outra. Informação, segundo Ferreira (1995a), é um termo que ainda não possui uma definição concluída, e para os autores da abordagem tradicional, várias têm sido as suas definições, por exemplo: ser uma propriedade da matéria; qualquer fonte mensagem ou documento; qualquer ideia simbólica disponível para o público; qualquer dado. A ideia existente é de que a medição da eficiência e do êxito das operações de um sistema é possível por meio do número de fontes de informações recuperadas, em detrimento do que realmente é de interesse para o usuário. Esta maneira de perceber o sistema coloca o usuário numa posição secundária, como espectador ou coadjuvante, impedindo-o de assumir seu papel participativo de ator (FERREIRA, 1995a).

Na abordagem tradicional, ignora-se o fato de que o ser humano é capaz de criar sua própria realidade, com o uso de seus estoques internos de informação. Esta abordagem não aceita que os estoques internos de informação são os responsáveis por realizar a compreensão das informações do mundo externo e as diferentes situações em que os indivíduos se encontram em determinado momento.

A contribuição da abordagem tradicional, segundo Alves e Faqueti (2002), está na definição de características comportamentais do usuário na busca e utilização das informações, a qual ajudará, por sua vez, a definir a necessidade de informação dos usuários e os melhores serviços para o alcance da sua satisfação.

Para Dervin e Nilan (1986), estes estudos procuram explicar as diferenças entre os usuários de forma demasiadamente simples, como por exemplo, em decorrência de fatores sociológicos e demográficos, estilo de vida e especificidade do trabalho.

Enfim, o que se pode constatar é que a abordagem tradicional não tem avaliado nem os fatores capazes de causar o encontro entre o usuário e os sistemas de informação, nem as consequências deste encontro.

Dias e Pires (2004) explicam que se antes os estudos estavam focados no sistema, com base sociológica, observando grupos de usuários (ex.: químicos, físicos, universitários, crianças, negros, etc.), hoje a tendência é centrar as pesquisas no indivíduo. Parte-se de uma perspectiva cognitivista, analisando-se as

características únicas de cada usuário na busca das percepções comuns à maioria deles.

Em contraposição à abordagem tradicional, contudo, tem-se a abordagem alternativa, a qual, segundo Rouse e Rouse (1984 *apud* FERREIRA, 1995b) lida com o comportamento de busca e uso da informação como resultado do estilo cognitivo do indivíduo, ou seja, sujeito ativo internamente ou ativo externamente, sistemático ou intuitivo, e criativo ou menos criativo, características que tendem a influenciar este processo de busca e uso da informação.

Ainda segundo estes autores, o ser humano dificilmente busca informação como um fim em si mesmo. Normalmente, a busca está relacionada a soluções de problemas ou aquisição de recursos.

Para Ferreira (1995b), o processo de busca da informação deve ser centrado no sujeito, considerando sua visão, necessidades e opiniões, em um contexto de tempo e lugar. Ferreira também observa que apesar dos indivíduos terem suas experiências próprias, percebe-se similaridade com as experiências de outros indivíduos, o que possibilita a organização de padrões de necessidades de informação e de comportamento de busca.

Abordagens de Estudos de Necessidades ou Abordagens Alternativas, conhecidas também como "abordagem centrada no usuário", ou ainda "abordagem da percepção do usuário", são outras formas de se ver os estudos de comportamento de usuários. A principal preocupação é conhecer o processo de compreensão das coisas pelas pessoas e identificar o uso da informação em situações particulares. Esta abordagem caracteriza-se por:

- 1) ver o ser humano como ente construtivo e ativo;
- 2) perceber o indivíduo como tendo orientação situacional;
- 3) analisar as experiências do indivíduo de forma holística;
- 4) identificar os aspectos cognitivos envolvidos;
- 5) avaliar sistematicamente a individualidade das pessoas; e
- 6) utilizar maior orientação qualitativa (DERVIN; NILAN, 1986, *apud* FERREIRA, 1995b).

Esta abordagem tem como base o fato de se buscar compreender o que seja "necessidade de informação" sob a perspectiva da individualidade do sujeito alvo da pesquisa. Além disto, a informação necessária e a quantidade de esforço empreendido no seu acesso devem ser contextualizados na situação real onde ela emergiu, e o uso da informação deve ser dado e determinado pelo próprio indivíduo (CHEN; HERNON, 1982 *apud* FERREIRA, 1995b).

Os autores de "estudo de usuários", que adotam a abordagem cognitiva ou centrada no usuário, consideram a visão, as necessidades e as opiniões do indivíduo como elementos significantes e influentes. Têm a atenção voltada para a percepção, os sentimentos e a forma como as pessoas aprendem, fatores estes que podem influenciar na busca da informação. Consideram o usuário um sujeito ativo. Para eles, a necessidade de informação é entendida como situacional e contextualizada, e altera-se na medida em que o usuário caminha na busca de informação (ALVES; FAQUETI, 2002).

Para acompanhar a visão centrada no usuário, passou-se a fazer uso de métodos qualitativos, principalmente depois da década de 1980, quando se percebeu que o método quantitativo não era mais capaz de responder questões complexas baseadas na individualidade como se faz necessário. Foi importante neste processo a percepção pelos pesquisadores de que a Ciência da Informação tinha natureza social e passaram então a utilizar teorias da Sociologia e da Antropologia (BAPTISTA; CUNHA, 2007). Wilson (2000) explica que a pesquisa qualitativa tem sua origem na Antropologia Social e foi por meio da Sociologia que chegou à Ciência da Informação, onde aparece como tendência emergente. Na pesquisa qualitativa a ênfase é dada à análise interpretativa e ao processo de compreensão.

De acordo com Ferreira (1995a), na área da Ciência da Informação, o paradigma alternativo é utilizado em diferentes abordagens, como:

- a) Abordagem de "Valor Agregado" de Robert Taylor (*User-Values* ou *Value-Added*, 1984).
- b) Abordagem do "Estado de Conhecimento Anômalo" de Belkin e Oddy (*Anomalous States-of-Knowledge*, 1978).

c) Abordagem do "Processo Construtivista" de Carol Kuhlthau (*Constructive Process Approach*, 1992).

d) Abordagem "Sense-Making" de Brenda Dervin (1977,1983, 1993, 1994).

Wilson (2000) criticou a postura constante da área de pesquisa sobre estudos de usuários quando disse que ela havia se preocupado com quase tudo além do uso da informação pelo usuário. Segundo este autor, a razão para isto parecia ser o fato de o desejo de tirar conclusões por meio de dados agregados relacionados a comportamento ser maior que o desejo de entender realmente os usuários.

Na visão de Baptista e Cunha (2007), apesar da temática estudos de usuários vir sendo pesquisada por décadas, seus objetivos têm permanecido quase imutáveis. Continua a preocupação central sendo a coleta de dados para criar ou avaliar produtos e serviços informacionais, além de procurar entender melhor o fluxo da transferência da informação.

Para Dias e Pires (2004), o objetivo final de um sistema de informação deve ser o uso final dado à informação e como ela foi capaz de alterar as atividades do usuário.

A complexidade da pesquisa na área de estudo de usuários está diretamente relacionada à complexidade de seu objeto: o ser humano. Como ser sistêmico, coexiste em várias esferas, influencia a realidade e é influenciado por fatores internos e externos.

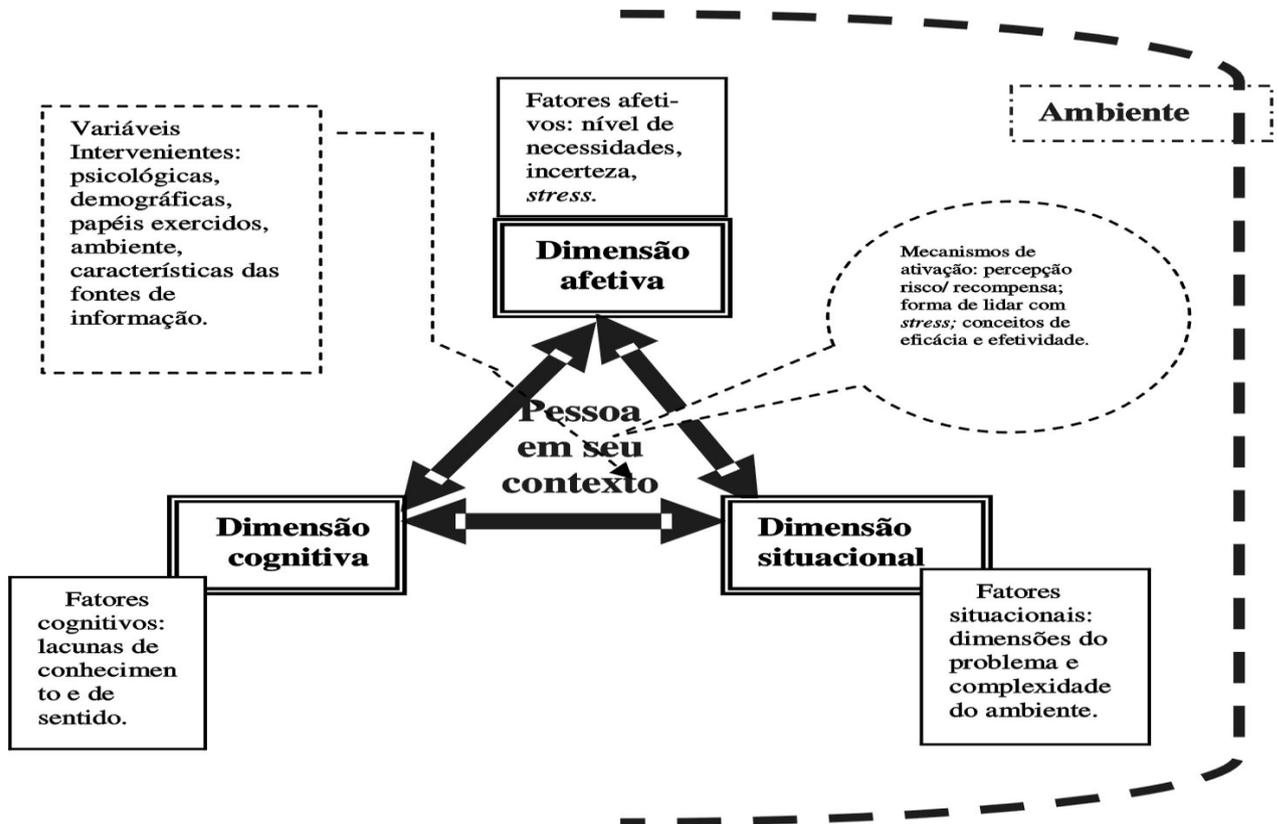
Na visão de Alves e Faqueti (2002), é a percepção que o indivíduo tem a respeito do sistema de informação que irá determinar a atividade de busca de informação. Mas essa atividade é também determinada, não apenas pela percepção que o usuário tem do sistema de informação, mas também, pela tarefa e pelo assunto pesquisado.

Buscando descrever a complexidade existente no comportamento informacional do indivíduo, Wilson (1981) apresentou modelo que inicia com a necessidade do usuário potencial da informação a qual, por sua vez, motiva o processo de busca da informação. Este comportamento de busca implica demanda em sistemas de informação e em outros recursos de informação, inclusive havendo troca de informação com outras pessoas. O processo de busca pode obter sucesso ou não (o que é chamado de falha). No caso de ser bem sucedido, o resultado proporciona o uso da informação, o que pode ocasionar um sentimento de

satisfação, ou não, por parte do usuário e também pode levar à transferência da informação identificada para outras pessoas.

Também Miranda (2006) esquematiza a complexidade do indivíduo e das influências transmitidas e recebidas com a figura 1:

FIGURA 1 - Dimensões e elementos das necessidades de informação individuais



Fonte: Miranda (2006)

Nesta figura a autora explicita os diversos quesitos capazes de influenciar na necessidade de informação individual. Parte do princípio que, num ambiente, em determinado contexto, as necessidades individuais podem ser influenciadas por fatores relacionados aos aspectos cognitivos, situacionais e afetivos, além da atividade e da história de vida do indivíduo.

Ao perceber uma lacuna de conhecimento durante o desenvolvimento de uma atividade, o indivíduo busca a fonte de informação de acordo com seu conhecimento prévio sobre elas e suas experiências de uso, positivas ou negativas. Para a autora, este é um procedimento que está ligado ao aspecto cognitivo.

Outro fator capaz de influenciar as necessidades de informação é o ambiente no qual o indivíduo está inserido. O papel desempenhado (trabalho, função), os problemas e seu grau de complexidade, são os fatores denominados situacionais.

Por fim, a autora relaciona os fatores afetivos, ou seja, aqueles que alteram a forma de relacionamento do indivíduo com os dados do ambiente. São sentimentos de segurança ou insegurança diante da complexidade de determinada situação que orientam o indivíduo na busca e uso da informação necessária para se atingir determinado objetivo.

2.2.4 O uso da informação

De acordo com Paim e Nehmy (1998), a literatura da Ciência da Informação refere-se, geralmente, ao sistema de informação como algo já pronto, cujos componentes devem ser apenas expostos ao usuário, sem levar em conta o conteúdo ou o significado assumido por esta informação ou sistema. A crítica feita por estas autoras é que, apesar da busca de objetividade, termina-se sempre com a percepção de que a qualidade (excelência) só tem sentido no contexto de sua utilidade para o usuário.

Apesar de o uso da informação ser um dos pontos de apoio do tripé comportamento informacional, juntamente com a necessidade de informação e a busca da informação (WILSON, 1999), Bartlett e Toms (2005) afirmam que a Ciência da Informação frequentemente deixa de examinar o que as pessoas fazem com a informação quando a obtém, ou como é usada para resolver questões específicas. Para estes autores, o uso da informação é o ponto que tem recebido menos atenção na literatura.

Uso da informação é o fator que guia todos os outros comportamentos informacionais, uma vez que representa a finalidade para a qual a informação é necessária e solicitada. Sem considerar o uso da informação, atividade como busca da informação ou recuperação da informação tornam-se incompletas. A importância do enfoque no uso está na preocupação de se saber se as ações ou sistema implementado produzem resultados relevantes para o usuário (BARTLETT; TOMS, 2005).

Devido ao fato de ter recebido menos atenção, a questão do uso da informação mantém uma definição conceitual pobre. Quando discutido, o uso

frequentemente é abordado em nível abstrato e fica relacionado ao alcance de uma meta ou objetivo geral.

Apesar de ser um tópico pouco desenvolvido em Ciência da Informação, alguns autores apresentam algumas ideias sobre modelos relacionados à questão do uso.

Giddens (1991 *apud* PAIM; NEHMY, 1998) afirma que, ao buscar a informação no sistema, o usuário atribui a ele correção e integridade (qualidade), mas somente após o uso poder-se-ia identificar a real satisfação ou insatisfação do usuário com a informação ou sistema. Para Nehmy e Paim (1998, p.89), contudo, “[...] a dimensão avaliadora baseada na satisfação assume significação muito tênue, diretamente empírica e imediatista e, em consequência, pouco permeável à construção teórica”.

Para Taylor (1982 *apud* CUNHA; BAPTISTA, 2007) os processos de seleção, análise e julgamento podem transformar dado em informação útil, passível de uso, ao que ele denomina informação com valor agregado.

Na visão construtivista, representada por Kuhlthau, o sentido da informação vai-se formulando durante o processo de busca. A produção de sentido é sempre relativa ao sujeito, não sendo possível avaliar o uso da informação através de critérios objetivos, pois a montagem do significado é definida enquanto processo. Segundo Cunha e Baptista (2007) o modelo de Kuhlthau compõe-se das etapas início, seleção, exploração e formulação, e é na fase de seleção que o usuário escolhe o mais relevante para solução do seu problema, ou seja, o que lhe parece útil. O risco desta abordagem, como adverte Frohmann (1992, *apud* PAIM; NEHMY, 1998), é entrar num subjetivismo radical, onde cada caso passa a ser tomado como objeto particular de pesquisa. Isto levaria o uso da informação para um terreno sem base sólida, onde atribuições de valor à informação seriam refeitas ao longo do processo.

O modelo cognitivista de Belkin (PAIM; NEHMY, 1998), por sua vez, traz a dificuldade na avaliação do peso de cada informação no comportamento humano quando tenta delimitar um estágio prévio de conhecimento. A complexidade do uso da informação na atitude de flexibilidade (ruptura com tradição, a qual se insere no contínuo passado-presente-futuro) deve alertar para o fato de que a avaliação por

mensuração de critérios subjetivos, individualmente, tem na soma dos fatores grande diferença em relação ao todo.

Sobre a teoria *sense-making*, de Dervin (1986, *apud* BARTLETT; TOMS, 2005), afirmam que ao reconhecer a importância da compreensão de como a informação ajuda o usuário a fazer sentido em determinada situação, destaca a questão do uso da informação. Na visão de Paim e Nehmy (1998), Brenda Dervin, em sua metodologia cognitivista, tem como foco o comportamento interno, onde o uso da informação é definido como as formas nas quais as pontes cognitivas (respostas) entram em funcionamento. Contudo, nesse programa não cabem noções que se refiram diretamente à avaliação da informação, na medida em que o importante é investigar os passos dados por indivíduos no processo de busca.

No modelo de busca da informação de Marchionini (1995), o uso inclui casos de extração da informação. Este processo compreende ler, verificar, ouvir, classificar, copiar e armazenar, as quais são consideradas competências de alto nível conceitual e indicam como a informação é tratada.

Gasque (2008) também se preocupa com o processo de extração da informação. Em sua visão intrínseca do uso da informação, diz que este uso compõe-se de atividades em que o indivíduo se engaja para apreender a informação e transformá-la em conhecimento. Este processo é composto por habilidades intelectuais como decodificação, interpretação, controle e organização do conhecimento. As etapas decodificação e interpretação incluem atividades de leitura, estabelecimento de relações entre o conhecimento prévio e as novas informações, comparação de vários pontos de vista e avaliação. Já as etapas controle e organização relacionam-se à organização da informação, por meio do uso de instrumentos cognitivos como resumos, esquemas, mapas conceituais e elaboração de textos.

Na visão de Choo (2002), uso da informação é um processo social, dinâmico e interativo de investigação que pode resultar em dois tipos de uso: criação de significado ou tomada de decisão. O primeiro destes tipos de uso é intrínseco ao usuário, relacionado à compreensão humana e integrada à base de conhecimento do usuário. A segunda forma de uso da informação diz respeito à tomada de decisão. Choo discute esta forma no contexto organizacional, mas para Bartlett e

Toms (2005), alguns aspectos são igualmente aplicáveis à tomada de decisão individual.

Em seu trabalho, Choo (2002) apresenta a ideia de uso da informação em processo de decisão. O processo de decisão tem como característica ser aberto, intermitente e cíclico, com novas informações sendo introduzidas a todo o momento. Contudo, Choo o divide de modo prático, em três fases principais, que são: Identificação, Desenvolvimento e Seleção. Estas fases principais, por sua vez, dividem-se em etapas.

A fase de Identificação subdivide-se nas etapas de Reconhecimento e Diagnóstico. Na primeira etapa, ocorre o reconhecimento da necessidade de tomar uma decisão e, da situação de oportunidade, problema ou crise. Durante a etapa de Diagnóstico, busca-se conhecer as causas e as relações de causa e efeito existentes.

A segunda fase, Desenvolvimento, divide-se nas etapas de Pesquisa e Projeto. Na primeira etapa buscam-se soluções e alternativas e, na etapa seguinte, projetam-se soluções direcionadas à solução necessária ou adequam-se às soluções já existentes com o mesmo objetivo.

Por fim, a terceira fase do processo de decisão denominada Seleção, que se divide nas seguintes etapas: Joeirar, Avaliação-Escolha e Autorização⁴. Na primeira etapa são eliminadas as alternativas inapropriadas ou impraticáveis. Logo após, na etapa Avaliação-Escolha, faz-se a escolha das alternativas por julgamento (individual, na própria mente) ou por barganha (selecionada dentre os julgamentos de um grupo de tomadores de decisão). As consequências das escolhas das alternativas devem ser previstas e os critérios de escolha devem ser bem definidos e esclarecidos. A última etapa é a da Autorização, quando ocorre a justificação da escolha racional, permitindo sua execução.

Para Le Coadic (2004, p.39) o uso é também uma prática social, o conjunto das artes de fazer e tem como característica “[...] trabalhar com a matéria informação para obter um efeito que satisfaça a uma necessidade de informação”. Para este autor, a utilização de um produto de informação pode acontecer de três formas: por utilização propriamente dita, quando o objeto subsiste; por uso, quando o objeto se modifica e por consumo, quando o objeto desaparece. Sobre o objetivo final de um

⁴ Tradução nossa.

produto de informação num sistema de informação, Le Coadic (2004) diz que ele deve relacionar-se ao uso dado à informação e aos resultados deste uso nas atividades dos usuários, ou seja, preocupar-se com o “para que” se usa a informação.

Le Coadic (2004) diz que o questionamento sobre as atividades de usuários foi responsável pelo surgimento da pesquisa sobre uso. Segundo este autor, é preciso colocar os estudos de usos e usuários num contexto amplo de avaliação de produtos, serviços e sistemas de informação, com o objetivo de identificar o possível “bom” uso dos recursos oferecidos para ampliação ou redefinição dos mesmos. É importante lembrar que, neste processo de conhecimento, é necessário o contato com o usuário com o intuito de identificação de suas necessidades, comportamento e opiniões.

2.3 DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES E SELEÇÃO

O gerenciamento de bibliotecas abrange dois aspectos distintos: os técnicos e os intelectuais, ou aspectos técnico-intelectuais, segundo Bertucci (2000). Aspectos técnicos são definidos como aqueles relacionados ao cuidado necessário para que a coleção não perca a condição de uso devido ao desgaste constante pela circulação, às más condições de armazenamento ou devido ao vandalismo praticado por alguns usuários; à preocupação de recuperar obras valiosas e deterioradas; à preocupação com a limpeza periódica das unidades físicas; e à iniciativa de angariar verbas para a compra de obras junto às agências financiadoras. Aspectos intelectuais são aqueles relacionados com a avaliação dos interesses da comunidade no contexto da instituição e com a seleção e descarte de obras (BERTUCCI, 2000).

O processo de desenvolvimento de coleções, como parte do gerenciamento de bibliotecas, busca qualidade em diferentes visões e sofre inúmeras influências, caracterizando um processo sistêmico. O contexto em que está inserida a instituição, no tempo e no espaço, é um dos fatores de influência. A grande produção de informação e a facilidade de acesso também são questões relevantes na gestão de bibliotecas.

No caso de bibliotecas universitárias, cujos usuários são especialistas, Bertucci (2000) lembra que o acervo deve obrigatoriamente crescer para que consiga abranger todas as áreas demandadas. A questão da adequação do acervo de uma biblioteca universitária foi levantada por Vergueiro (1993), quando este falou da necessidade de se ter um volume de materiais suficiente em termos de quantidade e qualidade para dar suporte às pesquisas nos níveis de graduação e pós-graduação, assim como às atividades correntes de prestação de serviços ou extensão.

O crescimento do acervo, contudo, tem seus aspectos técnicos limitantes: espaço físico, orçamento, manutenção. Faz-se necessário, portanto, que o desempenho da atividade de seleção seja criteriosa. Partindo do princípio de que, uma biblioteca nunca conseguirá satisfazer completamente todas as necessidades de cada grupo de seus usuários (EVANS, 1979), torna-se necessário, então, desenvolver um processo que seja capaz de definir o que é mais importante ou imprescindível para a comunidade em que está inserida. Em relação aos materiais disponíveis, na busca do que melhor satisfaça as necessidades de seu público, as bibliotecas procuram desenvolver suas coleções de forma adequada, muitas vezes por meio de parcerias e políticas complexas.

De acordo com Evans (1979), desenvolvimento de coleções é o processo de identificação dos pontos fortes e pontos fracos da coleção da biblioteca, de acordo com as necessidades dos usuários. O objetivo deste processo é a correção dos pontos fracos existentes, o que requer exame e avaliação constantes do acervo, além do estudo, também constante, das necessidades dos usuários e das modificações ocorridas na comunidade.

Martins, Câmara e Villas Boas (2000) demonstram a complexidade do tema ao delinear uma sistematização do processo de desenvolvimento de coleções. Iniciam apresentando a abrangência do tema, o qual deve abarcar Estudo da comunidade, Seleção, Aquisição, Avaliação, Desbastamento e Preservação. Adotam uma metodologia que considera Critérios e Indicadores, Instrumentos de apoio, Fluxos e Procedimentos, com o objetivo de definir uma política capaz de realizar retroalimentação ao processo de desenvolvimento de coleções por meio da participação dos usuários do sistema.

Sobre desenvolvimento de coleções, Broadus (1973 *apud* Evans, 1979) inovou e sugeriu estratégias um pouco diferentes das que eram sugeridas por outros autores em sua época, como:

- 1 preocupar-se com o leitor individualmente na política de seleção, valorizando suas necessidades individuais, interesses e capacidade de leitura e aprendizado;
- 2 basear a decisão negativa sobre algum título em especial num padrão de seleção justificável, definido com mérito e honestidade, para não infringir a liberdade de leitura da maioria ou da minoria;
- 3 saber que a condição presente da coleção irá influenciar o processo de seleção, pois uma lacuna revelada pela insatisfação de usuários deverá ser preenchida para os usuários futuros, ou a necessidade de ter representado as várias facetas de uma controvérsia com opiniões respeitáveis a respeito do assunto; ou ainda não deixar que a coleção equilibrada interfira na decisão de reforçar uma coleção especial e assim tornar-se distinta frente à comunidade;
- 4 relacionar a seleção com outras coleções existentes na comunidade, em função das cooperativas existentes ou outros tipos de rede;
- 5 definir as dimensões e limites da coleção por meio de políticas normalizadoras.

Shiyali Ramamrita Ranganathan também foi citado por Evans (1979) como autor pós-guerra que muito se empenhou em criar uma abordagem científica para a área de desenvolvimento de coleções. Ele demonstrou que os principais problemas na biblioteconomia eram de âmbito internacional. Em seu livro *Library Book Selection*, o qual é uma complexa mistura de conselhos práticos e de filosofia, Ranganathan (1952 *apud* EVANS, 1979), expõe suas cinco leis básicas da biblioteconomia. São elas:

- 1 Livros são para o uso;
- 2 A cada leitor seu livro;
- 3 A cada livro seu leitor;
- 4 Poupe o tempo do leitor;
- 5 A biblioteca é um organismo em crescimento.

Nestes princípios, Ranganathan demonstra grande preocupação com a utilidade. Na visão de Gill (1979), o primeiro objetivo da seleção de livros, no processo de desenvolvimento de coleções, é a função. São visões que se relacionam com qualidade, pois ter como objetivo a função ou a utilidade, ou seja; para quem se busca um material, pode possibilitar o uso, o que, por sua vez, pode significar qualidade na visão do usuário.

De acordo com Evans (1979), a seleção é o processo de decidir se é interessante para a coleção da biblioteca incorporar determinado material. Isto envolve a decisão entre itens que fornecem informação sobre um mesmo assunto, se a informação constante no item está de acordo com o seu preço, ou avaliar se um item suportará o uso que terá. Em resumo, é um processo sistemático de determinar a qualidade e o valor, item por item.

A atividade de seleção de acervo pode ser definida como trabalho intelectual complexo, responsável por processos diversos para adequação do acervo aos usuários. Cuida da organização das etapas preparatórias para compra como a definição de títulos, o armazenamento e o encaminhamento de sugestões, o estabelecimento do número de exemplares de um livro (ou outro tipo de material) que deve ser adquirido pela biblioteca e em quais línguas e edições. Engloba do mesmo modo a solicitação de permutas e doações, determinando a incorporação ou não ao acervo de doações espontâneas. Preocupa-se também com os descartes, redistribuindo o material dentro da própria universidade, dentre as várias bibliotecas e, quando for o caso, encaminhando-o a outras instituições. Outra atividade do setor de seleção é a avaliação de obras já incorporadas ao acervo, buscando mantê-lo com bom nível de uso.

É importante salientar que, por menor que seja a consulta diária de uma obra, deve-se ser cuidadoso ao determinar sua importância, uma vez que muitos desses materiais são fontes preciosas de pesquisa, e que mesmo consultadas pontualmente têm valor inestimável para professores e alunos de universidades voltadas para a produção do conhecimento. (BERTUCCI, 2000).

O principal processo existente na atividade de seleção é o de avaliação. Em relação à avaliação da demanda, Evans (1979) citou o estudo de Robert Broadus em *Selecting Materials for Libraries*, no qual recomendava, entre outros fatores, ser cuidadoso com o impacto da publicidade como estímulo da demanda, levar em

conta a intensidade e a duração da demanda, certificar se há controvérsias sobre o título (o que também aumenta a demanda), garantir uma porcentagem razoável de clássicos e títulos modelo que formam a ideia de coleção de qualidade, levar em consideração o uso passado (admitindo-se que o uso passado pode prever o uso futuro); garantir o atendimento das necessidades de usuários potenciais; diferenciar a verdadeira demanda (a qual reflete a necessidade individual) da demanda artificial (fruto dos esforços da propaganda).

Como dito, intrínseco ao processo de seleção está o ato de avaliar. Avaliar é a atividade de análise, cálculo ou estudo do valor de uma coleção, em função de uma clientela a ser servida, e também em função dos investimentos feitos por uma instituição (SANTOS; NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2005).

Evans (1979) também explicou que o processo de seleção de livros é subjetivo. Desta forma, sustentava a necessidade de se formular uma filosofia de trabalho própria, baseando-se em informações sobre o tipo da biblioteca, as políticas da instituição e principalmente a comunidade a quem serve. Cita como diretrizes para um profissional da área de seleção:

- 1 Não esquecer que o desenvolvimento de coleções é uma série dinâmica de atividades inter-relacionadas, em que a seleção é apenas uma destas partes;
- 2 Conhecer o comércio de livros;
- 3 Conhecer as editoras de livros;
- 4 Buscar informações sobre os editores que produzem os melhores livros para a sua biblioteca;
- 5 Gastar tempo lendo resumos os mais variados possíveis;
- 6 Examinar as bibliografias nacionais e as comerciais com bastante atenção
- 7 Estar ciente de que a comunidade da sua biblioteca é o fundamento principal para a construção da coleção;
- 8 Conhecer o melhor possível a filosofia e os processos da seleção de livros, da execução de resumos e da atividade de aquisição;
- 9 Fazer julgamento pessoal independente sobre cada título e só depois comparar com bibliografias existentes;

10 Manter-se interessado no que está acontecendo no mundo a sua volta e ler, ler e ler!

O contato permanente com a comunidade, a atualização profissional na área em que trabalha e a troca de conhecimentos entre profissionais detentores de importantes conhecimentos especializados, são responsáveis por tornar a atuação deste profissional da área de seleção reconhecidamente eficiente. (BERTUCCI, 2000).

2.3.1 Avaliação de coleções: metodologia, critérios, indicadores e padrões

O processo de avaliação das atividades de informação, de acordo com Ramos (2002), não é apenas exercício teórico, mas instrumento fundamental para a gestão, que precisa ser inserido em todos os setores da unidade de informação, avaliando-se um conjunto de funções ou algumas funções específicas.

As metodologias de avaliação de coleções são classificadas por Maciel e Mendonça (2000) como quantitativas e qualitativas. Segundo estas autoras, metodologias quantitativas são as que se baseiam em dados estatísticos, como por exemplo, o tamanho da coleção, sua idade, tipo de assunto, e identificação da clientela e dos não-usuários. As metodologias qualitativas são aquelas que se preocupam com o conteúdo do acervo, normalmente realizadas por julgamento de especialistas.

Como característica dos tipos *hard* (ciências físicas) e *soft* (ciências humanas) de ciência, Dilthey (1956 *apud* MINAYO; SANCHES 1993), argumenta que as primeiras estabelecem leis causais enquanto as segundas, interpretações. Desta forma, para cada tipo de abordagem há uma metodologia diferenciada. A abordagem quantitativa trabalha com descrição e medição de dados relacionados como situação de causa e efeito. A abordagem qualitativa é definida por Weber como “a procura de se atingir precisamente o conhecimento de um fenômeno histórico, isto é, significativo em sua singularidade” (1970 *apud* MINAYO, SANCHES 1993, p.6). Para Minayo e Sanches (1993), o desafio desta abordagem está exatamente em lidar com o significado e a intencionalidade (caráter subjetivo) e ao mesmo tempo construir um processo sistemático de investigação com métodos e técnicas apropriadas (para ser aceito como método científico).

Ao observar as características destes dois tipos de metodologia, Neves (1996) conclui que uma abordagem não exclui a outra. Sugere que o melhor seria o uso complementar destes modelos, visto que cada um deles traz sua contribuição à pesquisa de métodos sistemáticos de medição, racionalismo e intuição. A combinação de métodos é chamada por Jick (1979 *apud* NEVES, 1996) de “triangulação”.

Sobre o processo de avaliação de coleções, sabe-se que a ação de avaliar algo demanda pontos de referência para o julgamento, pois só se consegue saber se algo é desejável ou não se a decisão for tomada em relação a quem este algo é bom ou ruim. Surge, então, a necessidade de identificar critérios, indicadores e padrões para a definição do que é satisfatório ou o que deve ser melhorado ou evitado.

Quando se pensa em medir, pensa-se em critérios. Define-se critério como conceito ou princípio apropriado para a determinação de uma série de distinções, ou seja, aquilo que serve de base para que coisas e pessoas possam ser comparadas e julgadas. Portanto, critérios são regras ou referências que permitem uma fundamentação racional para uma escolha, decisão ou afirmação.

Ranganathan (1952, *apud* EVANS, 1979) sugere que na busca da qualidade na seleção de obras, deve-se considerar obras anteriores do autor, pois este tende a manter a qualidade inicial. O mesmo sugere em relação às editoras, uma vez que há as que já possuem um histórico de excelentes publicações. Contudo, a avaliação deve ser criteriosa, pois a excelência do resultado a partir deste critério tem apenas maior probabilidade de ocorrer e não deve ser considerado como uma relação de causa e efeito.

Outro critério que deve ser levado em conta é o formato. Se uma obra está disponível em formato impresso ou digital, pode influenciar o comportamento de busca do indivíduo em determinada comunidade. Contudo, em relação às instituições, Miranda (1993) constata que o crescimento das coleções digitais não diminuiu a quantidade de aquisições físicas pelas grandes bibliotecas norte-americanas e europeias, o que ilustra a ideia de que o acessível está disponível em algum lugar. Sobre o livro impresso, Miranda (*op.cit.*) o reconhece como instrumento de educação e ensino muito importante, apesar de toda a evolução tecnológica, inclusive nos países desenvolvidos.

Os critérios mais comumente usados são os que adéquam o material às ementas dos cursos. Também usados são os critérios que levam em consideração a autoridade do autor, atualidade, qualidade técnica, quantidade suficiente de material sobre o assunto no acervo, aparecimento do título em citações e bibliografias, cobertura do assunto, custo justificável, idioma acessível, relevância, usuários potenciais e condições físicas do material (MIRANDA, 2007).

Vergueiro (2010) classifica os critérios adotados em três classes: aqueles que abordam o conteúdo dos documentos, aqueles que abordam a adequação ao usuário como foco e aqueles que analisam aspectos específicos dos documentos.

A primeira classe engloba os critérios:

- **autoridade** (reputação do autor ou editor),
- **precisão** (se a informação é exata, rigorosa e correta),
- **imparcialidade** (se todas as facetas do assunto são abordadas sem favoritismos ou preconceitos),
- **atualidade** (se o texto possui informações que acompanham as mudanças nas ciências ou na sociedade),
- **cobertura** (se o texto cobriu todos os aspectos importantes) e
- **profundidade** (se o texto tem detalhes suficientes ou é superficial).

A classe de critérios voltada à adequação aos usuários é composta por:

- **conveniência** (se é apresentado com um nível de vocabulário e visual compreensível),
- **relevância** (se pode ser útil para a experiência do usuário),
- **idioma** (se a língua do documento é acessível) e
- **estilo** (forma de expressão do autor).

Por fim, a terceira classe verifica:

- **características físicas** (tipo e tamanho da fonte, resistência da encadernação, qualidade do papel),
- **aspectos especiais** (inclusão e qualidade de bibliografias, notas, índices, apêndices, etc. existentes no documento),
- **contribuição potencial** (se complementa a coleção já existente) e
- **custo** (em relação à qualidade física do material a ser adquirido; ou em relação à aquisição, acesso online ou empréstimo inter-bibliotecário).

Na década de 1990, o Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo, estabeleceu critérios comuns de seleção para direcionar a escolha das obras das bibliotecas da USP (BERTUCCI, 2000). Podem ser vistos como critérios básicos de seleção. São eles:

- qualidade do conteúdo, adequação ao currículo acadêmico e linhas de pesquisa;
- autoridade do autor ou corpo editorial;
- demanda;
- acessibilidade da língua;
- custo justificável;
- atualidade da obra;
- conveniência do formato e compatibilização com equipamentos existentes;
- disponibilidade em outras bibliotecas;
- valor efêmero ou permanente;
- quantidade de exemplares necessários;
- áreas de abrangência do título;
- qualidade visual e auditiva de materiais especiais.

Os critérios de seleção devem estar obrigatoriamente comprometidos com os objetivos e metas institucionais tanto da biblioteca quanto da instituição que a mantém e, conseqüentemente, com o seu público-alvo. Estes critérios tendem a ser exclusivos, voltados para uma realidade específica, mas não significa que não possam ser adaptados por diversas bibliotecas, ou adotados integralmente. Tudo depende do contexto em que cada uma destas bibliotecas está inserido. (WEITZEL, 2000).

Do ponto de vista do usuário, na sua busca por informação, o tempo e a facilidade de acesso são importantes critérios no conceito de qualidade. Garcez e Rados (2002) observam que não é suficiente a biblioteca apenas satisfazer a demanda de seus usuários, mas que deve fazê-lo em tempo útil, pois os serviços de informação são escolhidos para uso mais em função de seu acesso físico e da facilidade de uso – princípio do menor esforço – do que por ter a informação mais útil ao usuário.

Também outras necessidades são identificadas pelo usuário. Em seu estudo, Lira (2007) conclui que o sentimento de satisfação do usuário na busca da

informação necessária ocorre quando há confiabilidade na instituição, quando a informação é atualizada, quando há facilidade de entendimento, quando existe disponibilidade e acesso e quando há qualidade, a qual está relacionada com relevância (importância) e pertinência (informação correta, exata) da informação.

No processo de avaliação, após definição dos critérios a serem utilizados pela instituição, também se torna necessário a Indicadores relacionam-se com o que pode ser utilizado para medir. Na fala de Geisler (2000 *apud* ROZADOS, 2005) um indicador é uma medida voltada para a descrição ou representação de um determinado evento ou fenômeno. “Nada mais são do que unidades que permitem medir - caso de elementos quantitativos, e verificar – caso de elementos qualitativos, se estão sendo alcançados os objetivos ou as mudanças previstas” (ROZADOS, 2005, p.3).

Na área de Ciência da Informação, os autores Briand *et al.* (2002 *apud* ROZADOS, 2005) classificam os indicadores em quantitativos e qualitativos. Os quantitativos se caracterizam por serem definidos por uma unidade de contagem, enquanto indicadores qualitativos estão relacionados com a avaliação e pesquisa de qualidade. Sutter (2002 *apud* ROZADOS, 2005), em relação aos indicadores de satisfação dos usuários e qualidade de serviços, classifica-os em indicadores de satisfação – construídos por meio de enquetes periódicas, e indicadores de desempenho – que buscam medir a eficiência e a eficácia da unidade de informação. Rozados (2005) conclui dizendo que a escolha preferencial dos pesquisadores desta área tem sido por indicadores de desempenho, uma vez que avaliam elementos diretamente relacionados à satisfação de usuários-clientes, a qual é o fim maior da gestão para a qualidade.

Por fim, padrões são o resultante da análise dos resultados de pesquisas que utilizaram indicadores em relação a algum critério num determinado universo. Como explica Carvalho (1981 *apud* RAMOS, 2002), os padrões servem como base para a análise e comparação de um caso em particular com outros de mesma natureza.

No Brasil, pesquisas demonstram a importância dos indicadores e padrões. Por exemplo, a de Ramos, Belluzzo e Bertholino (1998 *apud* RAMOS, 2002) que demonstra que indicadores de atualização do acervo e de modernização de equipamentos despertam maior interesse nos sujeitos pesquisados, confirmando a

importância da atualização do acervo e dos investimentos em novas tecnologias que possibilitem agilizar e ampliar a oferta de serviços e produtos.

Estudo relevante foi desenvolvido por Kânia (1988 *apud RAMOS, 2002*), envolvendo sete bibliotecas de instituições de ensino superior de uma região, que identifica padrões analisando seu conteúdo e, posteriormente, faz a combinação com medidas de desempenho identificadas mediante revisão de literatura. Essa combinação foi posteriormente analisada por um Conselho de Especialistas. Através desse estudo foi possível desenvolver uma coleção de padrões regionais testados. No trabalho de Kânia (*op.cit.*) também foi sugerida a participação da comunidade.

A ideia de padrões mínimos é uma tentativa de estabelecer o mínimo necessário para se manter uma coleção em funcionamento adequado ao seu público alvo. Para Ramos (2002), os padrões mínimos não são rígidos nem ideais. Sugere que cada profissional procure descobrir seus próprios parâmetros, elaborados de acordo com as necessidades de seu público, objetivos, recursos e limitações.

Ramos (2002) sugere que para se obter a garantia da qualidade, é necessário que os profissionais da informação desenvolvam padrões e indicadores dentro de suas unidades, tendo como alvo as necessidades dos usuários. Também aconselha que promovam a sensibilidade da equipe, implantando treinamento contínuo para a determinação de indicadores “bons” ou “ruins”, através da interação com seus clientes, buscando transformar suas expectativas em medidas quantitativas e qualitativas.

2.3.2 Direito e Seleção

A área do Direito tem como característica, assim como outras áreas do conhecimento, a necessidade de se adequar continuamente às demandas da sociedade. Segundo Miranda (2003), a velocidade de renovação da informação jurídica provoca grande dificuldade para a manutenção de uma literatura atual e vigente.

Para se alcançar o conhecimento é necessário que o pesquisador esteja bem informado, uma vez que a informação é um fator importante e fundamental neste processo. Nas universidades, este papel é desempenhado geralmente pelo

professor, especialista em sua área de atuação (CALVA GONZÁLES, 2004), ou como justificam outros autores, também os pesquisadores em formação, alunos de mestrado e doutorado (GASQUE, 2008).

Calva Gonzáles (2004) afirma, também, que qualquer unidade de informação responsável por disponibilizar informação aos pesquisadores nas instituições de ensino superior na América Latina e Caribe precisa realizar estudos que lhe permitam identificar as necessidades de informação de seus pesquisadores e sobre elas desenvolver as coleções, sejam elas impressas ou eletrônicas, mas que realmente possam satisfazer estas demandas.

Se o objetivo final de um centro de informação é a disseminação da informação, a qualidade está bastante relacionada à diversidade de suportes disponíveis e acessíveis. A preocupação com a qualidade deve estar sempre presente, levando-se em consideração critérios como clareza do texto, abrangência do conteúdo, atualidade das informações, reputação do autor, as necessidades de informação específicas do momento (MIRANDA, 2003), e outras que devem ser alvo de pesquisa junto aos usuários por parte dos responsáveis por tais centros.

No caso de centros de informação voltados para a área jurídica, Machado (2000) alerta para a responsabilidade de se manter bom nível de qualidade, pois a legislação e a jurisprudência utilizadas de forma incompleta ou desatualizadas, além da insatisfação do usuário direto podem causar danos aos juristas e aos usuários indiretos. A doutrina, segundo a autora, apesar de não ter a necessidade de se apresentar exaustivamente, necessita da mesma forma, apresentar-se atualizada.

Qualidade está relacionada fundamentalmente à visão do usuário final ou cliente, à satisfação de suas necessidades e expectativas. No caso de uma biblioteca jurídica, seus usuários são juízes, juristas, legisladores, professores e alunos do curso de Direito e o cidadão comum (PASSOS, 2001). Já a biblioteca universitária, além de seu público alvo, alunos, professores, pesquisadores e funcionários, também atende à comunidade e aos profissionais de cada área específica. Kuhlthau e Tama (2001) apresentam como dado de pesquisa, que profissionais da área de Direito buscam informações de áreas diversas em bibliotecas universitárias, uma vez que a área jurídica pode ser aplicada a todos os campos do conhecimento existentes na sociedade.

Neste contexto, observa-se a necessidade de um processo de seleção capaz de organizar uma coleção pertinente em meio a um campo crescente em número de publicações. Para isto, o profissional da área de informação deverá voltar suas atenções para o usuário deste conteúdo, buscando maior qualidade por meio de um trabalho em parceria.

O processo de seleção da informação jurídica, segundo Miranda (2003), tem-se tornado cada vez mais criterioso. Isto ocorre devido à aceleração na mudança da literatura da área, o que leva à obsolescência das publicações. Há também aumento na interdisciplinaridade e significativa ampliação dos formatos e suportes de publicação.

É imprescindível ao profissional de seleção na área jurídica analisar as sugestões de seus usuários e suas indicações de ocorrência de material obsoleto ou escasso. A organização adequada de informações pertinentes é uma imensa responsabilidade do profissional da informação, pois segundo Barreto (1994) a informação assimilada gera conhecimento, alterando o estoque mental de informações do indivíduo e trazendo ganhos ao desenvolvimento do grupo. Quando se pensa em qualidade na biblioteca universitária, deve-se lembrar que é esta unidade a responsável por formar e informar, desenvolver o indivíduo para a auto-educação permanente e propiciar a geração e transmissão de novos conhecimentos úteis para o desenvolvimento da sociedade (MIRANDA, 1978). No caso da informação jurídica, a organização adequada auxilia o jurista a aplicar a justiça, promovendo a pacificação da sociedade.

2.4 O USUÁRIO E O PROCESSO DE SELEÇÃO

Na intenção de oferecer um produto ou serviço que consiga atender às reivindicações de seus usuários reais e potenciais, as instituições precisam investigar as reais necessidades deste público, buscando compreender holisticamente o indivíduo e o contexto. Figueiredo (1993, p.37) esclarece que selecionar é o ato de “[...] fornecer o livro certo para o leitor certo, no tempo certo”.

No entanto, Calva González (2004) relatou que as bibliotecas, centros de informação ou documentação, em geral, trabalham sob uma estrutura documental ou bibliotecária convencional, não se preocupando, como deveriam, com o desenho

apropriado dos serviços para atendimento de usuários específicos em diferentes comunidades. O conhecimento das necessidades de informação destes usuários normalmente é negligenciado.

Torna-se necessário, pois, que "[...] seja feita uma análise de cima para baixo do trabalho da biblioteca [...]" (BELLUZZO 1995 *apud* RAMOS, 2002, p.5). Belluzzo explica a importância de tornar o usuário o alvo dos padrões definidos pelas instituições e, para isto, é necessário fazer um estudo que avalie toda a instituição: sua missão, objetivos, serviços e materiais oferecidos; que determine os alvos a serem alcançados, além de realizar levantamentos para a verificação de necessidades e expectativas desta comunidade específica.

Na atividade de seleção, em especial, Miranda (2007) afirma ser necessária a parceria entre os bibliotecários de uma biblioteca universitária e o usuário especialista devido ao fato de que são eles que dominam a literatura em suas respectivas áreas. A importância fundamental de uma coleção equilibrada, de boa qualidade e possuidora de diversidade que satisfaça a necessidade deste usuário especialista foi lembrada por Bertucci (2000) quando afirmou que no Brasil, há vários anos, eram as universidades as principais instituições produtoras de pesquisa.

A preocupação com a excelência do acervo em bibliotecas universitárias pode ser bem justificada por Calva Gonzáles (2004) quando este define universidade como instituição de ensino superior que tem por missão fundamental a geração e transmissão de conhecimento e o desenvolvimento de pesquisas. É a responsável por continuar o processo de formação integral do indivíduo como sujeito social, por participar e contribuir para o desenvolvimento social, econômico, tecnológico e científico de cada país, além de também contribuir para a promoção da cultura. É, portanto, uma instituição com profunda influência na formação da sociedade.

Nas bibliotecas universitárias, devido ao próprio perfil das instituições, o aspecto intelectual ganha destaque, principalmente no caso de haver opção pela atividade de pesquisa como característica marcante da instituição, o que leva ao aumento da complexidade. A tarefa de selecionar efetivamente engloba a avaliação da comunidade, sem a qual, não poderá haver escolha das obras a serem

adquiridas ou incorporadas (muitas através de doações) ao acervo, nem o descarte, que é uma seleção daquilo que não permanecerá na biblioteca. (BERTUCCI, 2000).

Portanto, além dos fatores externos de cunho ético social, a importância de bem determinar a inclusão ou não de uma obra no acervo recebe também influência da comunidade interna. Representa um desafio que, longe de ter sido superado, é permanentemente atualizado devido ao alto grau de exigência do público universitário. No contexto universitário, os acervos precisam crescer de forma consistente (e não aleatória), integrada com a demanda de uma comunidade excepcional que é a dos produtores de conhecimento. Observa-se, então, que a atuação deste especialista junto à biblioteca, colaborando na seleção, é de suma importância para a melhor adequação do processo (BERTUCCI, 2000).

Na opinião de Vergueiro e Carvalho (2001), os responsáveis por serviços de informação precisam perceber seus tradicionais usuários como clientes dos serviços que prestam. Isto fará com que a gestão da qualidade como filosofia administrativa da instituição tenha sua importância reconhecida, tornando as atividades, produtos e serviços mais específicos e, portanto, com mais chances de resultado satisfatório.

Inserir o cliente, ou usuário participante, na própria ideia de serviço que utiliza significa colocá-lo não apenas no lugar de destinatário dos esforços coletivos, mas, segundo St. Clair (1993 *apud* VERGUEIRO, 2000, p. 7), significa também definir e estruturar mecanismos que possam permitir à equipe “[...] ver o serviço através dos olhos do cliente”.

Para Leitão (2005, p. 43):

É fundamental a busca de mecanismos que permitam ouvir os usuários, por meios mais abertos e diretos, instituindo canais de comunicação entre a biblioteca e a comunidade. Somente assim as ações gerenciais e administrativas encontrarão subsídios assertivos para que suas decisões sejam convergentes com expectativas de seus mais diversos públicos.

Com este objetivo, torna-se necessário considerar o ponto de vista dos prestadores conhecedores das peculiaridades da área de atuação e do ponto de vista dos clientes que sabem melhor que ninguém avaliar os serviços. Acredita-se que um dos principais requisitos para a qualidade de um serviço de informação é o entendimento das necessidades e expectativas dos usuários (SHAUGHNESSY 1987 *apud* VERGUEIRO; CARVALHO, 2001).

Whitehall (1992 *apud* VERGUEIRO; CARVALHO, 2001) considera importante para conhecimento dos indicadores de satisfação dos clientes:

- Adequação das fontes de informação à área de interesse dos usuários,
- A informação fornecida deve conter itens relevantes para o usuário,
- Rapidez no acesso e fornecimento da informação,
- Avaliação do usuário sobre o serviço,
- Facilidade do uso dos serviços e produtos oferecidos.

3 METODOLOGIA

3.1 TEMA

Pretende-se com este estudo compreender o que o usuário discente, em nível de doutorado, da área de Direito, percebe como critérios adequados a serem adotados no processo de escolha do material bibliográfico a ser utilizado em atividades de ensino e pesquisa. No âmbito desta pesquisa, entende-se por critério o princípio que permite avaliar algo.

A pesquisa tem caráter qualitativo e procura identificar quais critérios formais (padrão de princípios usados para seleção de materiais) são considerados relevantes pelo usuário especialista da área. Também busca verificar se existem outros critérios negligenciados pelo sistema formalmente utilizado por instituições.

A pesquisa baseia-se em indicadores para a formação e desenvolvimento de coleções, e na abordagem centrada no usuário, considerando o que realmente tem importância para este usuário como indivíduo possuidor de experiências próprias e com uma capacidade individual de cognição e construção da realidade.

3.2 AMBIENTE DA PESQUISA

A Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (FD UnB) surgiu como um dos departamentos que faziam parte da Faculdade de Estudos Sociais e Aplicados (FA), juntamente com os de Ciência Política e Relações Internacionais. Somente em abril de 1982 a FA veio a ser inaugurada. Em 1994, ocorreu importante transformação no curso de direito: o que antes era Departamento de Direito renasce como Faculdade de Direito (FD).

A FD oferece o curso de mestrado desde 1975 e o de doutorado desde 2005. O Programa de Pós-Graduação em Direito oferece área de concentração denominada “Direito, Estado e Constituição”, a qual tem sobressaído nacionalmente na área do Direito Público⁵.

⁵ Informações obtidas no site da FD UnB. Disponível em: <http://www.fd.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=82&lang=br>. Acesso em: 10 abr. 2012

O curso de pós-graduação possui cinco linhas de pesquisa, que são:

- Linha de Pesquisa 1 - Pluralismo Jurídico e Direito Achado na Rua;
- Linha de Pesquisa 2 - Constituição e Democracia: Teoria, História, Direitos Fundamentais e Jurisdição Constitucional;
- Linha de Pesquisa 3 - Sistemas de Justiça, Direitos Humanos e Educação Jurídica;
- Linha de Pesquisa 4 - Globalização, Transformações do Direito e Ordem Econômica;
- Linha de Pesquisa 5 - Direitos Metaindividuais, Processo e suas Origens Romanistas.

O programa de pós-graduação tem como prazo máximo de duração quatro períodos letivos para o mestrado e oito períodos letivos para o doutorado e oferece 31 disciplinas.

O programa de pós-graduação da Faculdade de Direito da UnB possuía em 2011, 45 alunos cursando o doutorado.

3.3 PRESSUPOSTO E PROBLEMA

3.3.1 Pressuposto

Esta pesquisa parte do pressuposto de que cada usuário especialista tem visão própria sobre os critérios de seleção de material bibliográfico, influenciada por sua especialidade profissional e por experiências pessoais.

3.3.2 Problema

Na visão do usuário especialista da área de Direito, quais são os critérios relevantes na escolha do material bibliográfico usado para ensino e pesquisa?

É uma questão que engloba preocupações referentes ao modo de percepção do usuário, relacionada à sua área de atuação, na busca da satisfação de suas necessidades de informação.

3.4 TIPOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa caracteriza-se como descritiva, de acordo com Gil (2010), uma vez que procura identificar os critérios de seleção pertinentes ao material bibliográfico da área de Direito, segundo seus usuários discentes.

A pesquisa caracteriza-se também como documental por ter utilizado para análise as bibliografias do curso de pós-graduação da FD UnB.

A pesquisa teve três fases distintas. Uma fase onde houve o envio de 30 questionários, uma segunda fase em que houve análise documental da bibliografia e a terceira fase com realização de entrevista.

Para análise dos dados, a metodologia empregada foi mista. Utilizou-se o método qualitativo com análise de conteúdo para avaliação da entrevista, e utilizou-se o método quantitativo para a análise da bibliografia disponível do curso.

A pesquisa de natureza qualitativa, apesar de ter usado diferentes instrumentos de coleta de dados, teve como limitações:

- número reduzido de respondentes,
- a falta de literatura sobre o assunto critérios específicos por área do conhecimento, e
- amostra composta majoritariamente por discentes.

3.5 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo da pesquisa foi composto por todos os docentes e discentes (doutorandos) do programa de pós-graduação de Direito. A amostra caracterizou-se como intencional, e selecionou dentre os discentes, aqueles que haviam ingressado no doutorado entre os anos de 2007 e 2010, excetuando-se os que ingressaram em 2011, por entender que, neste caso, houve menor contato e possivelmente, ainda menor domínio da bibliografia da linha de pesquisa. O total da amostra definida foi de 33 discentes. Após primeiro envio, constatou-se que três endereços eletrônicos não mais estavam ativos, o que reduziu a amostra possível para 30 discentes.

Também foi realizada entrevista com a professora coordenadora da graduação do curso de Direito e com o professor coordenador da pós-graduação do mesmo curso.

3.6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para esta pesquisa foram utilizados três métodos de coleta de dados, a saber, questionário, entrevista e análise de documento institucional.

3.6.1 Questionário

O questionário proposto foi construído com o total de 10 questões referentes a critérios formais de seleção. Contemplou perguntas abertas e fechadas, tendo como variáveis a faixa etária, o domínio de idiomas estrangeiros, a relevância dos critérios de seleção adotados (autoridade, atualidade, formato, profundidade, precisão, imparcialidade, abrangência do assunto, conveniência, estilo do autor, aspectos especiais), necessidade de tipo de conteúdo na área e possíveis novos critérios pertinentes segundo os doutorandos da área do Direito.

A primeira parte do questionário foi composta por duas questões que visavam identificar o perfil dos respondentes: uma questão fechada sobre idade; e uma questão aberta sobre a linha de pesquisa desenvolvida. O segundo bloco, incluindo as demais oito questões, procurou identificar a visão dos respondentes em relação ao grau de importância dado aos critérios de seleção abordados na literatura; e a possível existência de critérios considerados importantes por eles e não contemplado pelo sistema formal de seleção. Há também questões que buscavam identificar a pertinência de alguns critérios para o usuário, como aquelas sobre frequência de uso por tipo de material específico do Direito, língua acessível, autores imprescindíveis em sua área de atuação e a preferência por editora. Por fim, na tentativa de conhecer o comportamento de seleção na visão do usuário, formulou-se questões que procuravam identificar informação sobre o critério usado na última busca de material, importância da data de publicação e da acessibilidade para promoção do uso do material.

As questões propostas visavam alcançar o objetivo geral de identificar critérios que fossem considerados relevantes na seleção de material bibliográfico para ensino e pesquisa na área de Direito, sob o ponto de vista do usuário especialista.

A aplicação do questionário foi realizada por envio via correio eletrônico, após autorização deste procedimento pela direção da Faculdade de Direito da UnB. No *e-mail* foi explicado ao participante o motivo e o objetivo da pesquisa.

Foram encaminhados 30 questionários. Durante o período de 15 dias, o questionário foi reenviado aos não respondentes a cada dois dias. Recebeu-se, no total, o retorno de oito questionários respondidos pelos doutorandos. As respostas tiveram um tratamento qualitativo com análise de conteúdo.

O tempo gasto na coleta de dados foi de 15 dias, ocorrendo no mês de dezembro de 2011, do dia 05 ao dia 20 mais precisamente.

3.6.2 Análise documental

Foi realizada análise das bibliografias das disciplinas do programa de pós-graduação do curso de Direito para identificação de dados relacionados aos critérios de seleção utilizados (autoridade, atualidade e acessibilidade linguística), comparando-os com o grau de importância definidos pelos participantes da pesquisa. Utilizou-se a bibliografia disponível no *site* da Faculdade de Direito⁶ em 2011. Foram selecionadas as bibliografias das disciplinas relacionadas às linhas de pesquisa dos doutorandos participantes da pesquisa.

A análise da bibliografia avaliou quantitativamente a ocorrência de cada autor, editora, idioma e data de publicação. Foram ao total 392 referências analisadas, retiradas da bibliografia de disciplinas da pós-graduação do curso de Direito e relacionadas às linhas de pesquisa desenvolvidas pelos participantes da pesquisa. Estes dados foram organizados em gráficos gerados no programa Word 2007.

⁶ Disponível em: <http://www.fd.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=210&Itemid=207&lang=br>. Acesso em: 10 mar. 2012.

3.6.3 Entrevistas

Realizou-se entrevista com a professora coordenadora da graduação do curso de Direito da Universidade de Brasília. A data de realização foi 05/03/2012, às 11:00, na sala dos professores da Faculdade de Direito.

Posteriormente, realizou-se também pesquisa com o professor coordenador da pós-graduação. A data do evento foi dia 16 de março de 2012, às 18:00, na Faculdade de Direito.

A entrevista foi realizada após marcação prévia de data e local. Foi formulada apenas uma pergunta geral para direcionar a conversa, com algumas intervenções da entrevistadora para esclarecimento de questões. A pergunta motivadora feita aos entrevistados foi: quais são os critérios utilizados para definição das bibliografias? A entrevista foi classificada como semi-estruturada. Teve a duração de 40 minutos, durante a qual foram anotadas as respostas para posterior análise.

3.7 RELATO DO PRÉ-TESTE

Antes da aplicação do questionário aos participantes da pesquisa, o modelo foi submetido a um pré-teste para verificação da clareza da redação e da solidez das possíveis respostas a serem obtidas. Foram encaminhados via correio eletrônico dez questionários como pré-teste para estudantes de doutorado em Direito, que ingressaram no curso em 2011. Obteve-se resposta, no prazo de uma semana, de dois questionários.

As dificuldades apresentadas foram sobre o entendimento da questão 5.11 em relação ao significado do termo “estilo” e sobre a possibilidade de sugestão de um termo para avaliação na questão 5.13.

Feita análise das sugestões, foram adaptadas as questões, definindo-se o significado do termo “estilo” e explicitando-se que um termo a ser avaliado poderia ser sugerido pelo respondente do questionário.

Novamente o questionário foi encaminhado para mais duas pessoas sendo, após análise de suas sugestões, alterados os seguintes aspectos:

- Troca do termo pertinência pelo termo uso, na questão sobre limite de data de publicação;

- Solicitação de esclarecimento na questão sobre acesso e qualidade de conteúdo, acrescentando-se a palavra Explique.

Após as alterações, o questionário foi encaminhado.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Para análise dos dados foi utilizado o método de análise de conteúdo na avaliação dos dados encontrados nas respostas abertas do questionário e quanto aos dados das entrevistas com professores. Para avaliação dos dados das bibliografias do curso, foi utilizada análise percentual.

4.1 ANÁLISE DE DADOS DO QUESTIONÁRIO

4.1.1 Idade dos doutorandos

Verificou-se que, dos oito doutorandos respondentes, cinco possuíam idade entre 30 e 39 anos. Os demais apresentavam idade entre 20 e 29 anos (1), entre 40 e 49 anos (1) e entre 50 e 59 anos (1). Não foi identificada na pesquisa idade superior a 59 anos entre os respondentes.

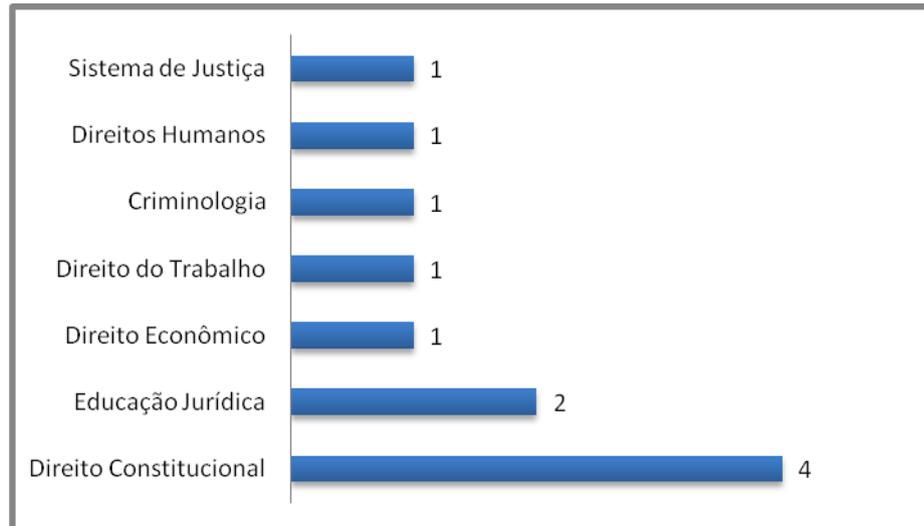
Como a faixa etária com maior número de frequências estava entre 30 e 39 anos, trata-se de uma amostra de indivíduos de adultos jovens. Os dados da pesquisa, contudo, não demonstraram relação entre idade e forma diferenciada na avaliação dos critérios.

4.1.2 Área de pesquisa

As pesquisas desenvolvidas pelos doutorandos respondentes estavam inseridas principalmente na área do Direito Constitucional (4) e na área relacionada à Educação Jurídica (2). As demais áreas identificadas na pesquisa foram a de Direitos Humanos (1), a do Direito Econômico (1), a do Direito Trabalhista (1), a da Criminologia (1) e a área de Sistema de Justiça (1), conforme gráfico 1.

Houve respondente que declarou trabalhar em mais de uma área de pesquisa. Este foi o caso da área de pesquisa Sistema de Justiça em que um respondente disse também trabalhar na área de pesquisa Direitos Humanos e na área de pesquisa Educação Jurídica. Outro respondente declarou desenvolver pesquisa nas áreas do Direito Constitucional e na área do Direito do Trabalho.

GRÁFICO 1 – Área de pesquisa desenvolvida pelos doutorandos



Fonte: elaborado pela autora segundo dados da pesquisa

A área onde se inseriam o maior número de trabalhos desenvolvidos pelos doutorandos respondentes foi a do Direito Constitucional (4), seguida pela área de Educação Jurídica (2). Nas demais áreas citadas, ficou assim distribuído: Direito Econômico (1), Direito do Trabalho (1) Criminologia (1), Direitos Humanos (1), Sistema de Justiça (1). O diferencial em relação ao número de incidência de pesquisas desenvolvidas na área constitucional pode estar relacionado ao reconhecimento da Faculdade de Direito da UnB na área de Direito Público.

4.1.3 Uso de outro idioma para leitura, pelos doutorandos, além do português

— Todos os oito respondentes afirmaram ler em inglês e espanhol. Também foi citada como possibilidade de leitura a língua italiana por seis respondentes ou a língua francesa por três respondentes. Isto pode ser um indicativo das línguas com maior número de publicações na área, ou das línguas com autores relevantes que publicam na língua pátria. Outra possibilidade é que o resultado esteja relacionado ao sistema referencial de Direito para o Brasil.

4.1.4 Frequência de utilização de diferentes tipos de conteúdo na atividade acadêmica

Dentre os oito doutorandos entrevistados, a frequência de uso do conteúdo tipo doutrina foi declarada como **sempre** necessária para seis dos respondentes. Um respondente afirmou utilizar doutrina **algumas vezes** e outro, **raramente**. Nenhum deles disse **nunca** precisar deste tipo de conteúdo.

Quanto ao uso de conteúdo do tipo legislação foi declarado como **sempre importante** por cinco dos respondentes. Dois deles disseram **raramente** precisarem de legislação. Para um dos doutorandos a legislação é utilizada apenas **algumas vezes**. Nenhum respondente afirmou não utilizar legislação.

Quanto à jurisprudência, quatro dos doutorandos disseram utilizá-la **sempre**. Contudo, três dos demais disseram utilizá-la **raramente** e somente um afirmou utilizar conteúdo tipo jurisprudência **algumas vezes**. Nenhum respondente declarou **nunca** utilizá-la.

Quando questionados sobre o uso de conteúdo relacionado a outras áreas do conhecimento, que não fossem doutrina, legislação e jurisprudência, dois respondentes disseram utilizá-lo **sempre** e um terceiro respondente afirmou usar outros tipos de conteúdo **algumas vezes**. Nenhum respondente afirmou usar este tipo de conteúdo **raramente** ou **nunca** utilizá-lo. Os conteúdos com frequência de uso **sempre** foram especificados pelos respondentes como pesquisa empírica e texto acadêmico. Já o conteúdo com frequência de uso algumas vezes, foi especificado como “jornais”. Apesar de “jornais” ser suporte e não conteúdo, podemos entendê-lo como informações em estilo jornalístico.

Sobre o uso de outros conteúdos além da doutrina, legislação ou jurisprudência, os dados correspondem àqueles encontrados na pesquisa de Kuhlthau e Tama (2001). Nesta pesquisa advogados relataram ter que buscar material não jurídico nas bibliotecas universitárias quando se deparavam com questões referentes a assuntos diversos como casos médicos, sociais ou ambientais, por exemplo.

Para os doutorandos, a doutrina é **sempre** utilizada em suas atividades de ensino e pesquisa, assim como a legislação e a jurisprudência. A diferença está na relação entre diminuição de frequência do uso **sempre** em correspondência ao

aumento da frequência de uso **raramente**. Isto ocorreu da seguinte forma: doutrina tem a proporção de seis usuários que a utilizam **sempre** e um usuário que a utiliza **raramente**; legislação tem a proporção de cinco usuários que a usam **sempre** e dois usuários que a usam **raramente** e, jurisprudência, tem a proporção de quatro usuários com frequência **sempre** e três usuários com frequência **raramente**. A frequência **algumas vezes** manteve-se constante com um uso para todos os tipos de conteúdo e não houve frequência **nunca** utilizada em nenhum deles. Ao final, percebe-se uma frequência decrescente em relação ao uso dos tipos de conteúdo doutrina, legislação e jurisprudência.

Os resultados observados podem sugerir diferenças relacionadas ao ambiente onde se usa as fontes formais de Direito.

No caso desta pesquisa, realizada em ambiente acadêmico, a hierarquia encontrada é pertinente, uma vez que o uso do tipo de conteúdo **doutrina** está relacionado diretamente ao ensino e à pesquisa. Estas atividades necessitam de informação para fundamentação teórica, e são as fontes doutrinárias as responsáveis pela proposta de conceitos e definições, oriundas das opiniões de juristas sobre uma matéria concreta. Quando se fala em ambiente profissional, cujo foco é o uso aplicado à resolução de problemas, a necessidade de informação principal recai sobre conteúdo legislativo, responsável por definir as normas corretas de conduta, direitos, deveres e proibições; e também sobre conteúdo jurisprudencial, que representa as decisões de tribunais e mostra aos advogados o melhor caminho a seguir.

4.1.5 Avaliação do grau de importância de itens considerados adequados ao processo de seleção de material para ensino ou pesquisa

4.1.5.1 Autor

O grau de importância atribuído pelo discente de doutorado ao item **autor** foi predominantemente definido como **muito importante** (6) e em seguida, como **importante** (2). Não houve atribuição dos graus **indiferente**, **pouco importante** ou **não considerado** para este item.

De acordo com as respostas, percebe-se grande importância atribuída pelo usuário ao item **autor**. Também em relação aos autores, em resposta à questão

aberta sete, quatro respondentes afirmaram existir autores imprescindíveis em suas áreas de atuação. Os autores mais citados foram Foucault, Habermas e Dworkin, como pode ser visto no quadro 2, p.71 desta dissertação. Em resposta à questão aberta sobre acessibilidade, um respondente afirmou ser indispensável o acesso a clássicos relacionados ao tema central da pesquisa desenvolvida.

4.1.5.2 Editora

Em relação à editora, a questão buscou verificar se o item era considerado importante. Verificou-se que quatro dos oito respondentes a indicaram como **pouco importante**. Outros três respondentes avaliaram o item como **indiferente** e um respondente disse ser este item **não considerado** no processo de seleção. Nenhum respondente considerou o item editora **importante** ou **muito importante**. Verificou-se assim que editora não teve uma avaliação com um alto grau de importância, pois os respondentes a avaliaram como **pouco importante, indiferente** ou **não considerado**. Os dados obtidos parecem indicar que o item **editora** não era relevante para estes respondentes.

Na questão sobre o que era visto como um diferencial da editora pela qual o respondente tem preferência, apenas dois dos seis respondentes afirmaram ter alguma preferência por uma editora. Neste caso, a importância da editora estava relacionada à linha editorial, à diagramação ou à qualidade das questões abordadas. O termo qualidade não foi especificado pelo respondente. Nas entrevistas, como poderá ser visto adiante, o item editora não foi priorizado como critério de seleção. A análise da bibliografia mostrou um quadro pulverizado, sem predominância de nenhuma editora, o que pode indicar não haver preferência por nenhuma delas.

4.1.5.3 Atualidade

Sobre a questão da **atualidade** (se o texto possui informações que acompanham as mudanças nas ciências ou na sociedade), de acordo com as respostas dos oito entrevistados, verificou-se que existe uma preocupação positiva, a qual apareceu em cinco respostas. Um respondente apontou esse item como sendo **muito importante** e quatro respondentes como **importante**. No entanto, um

respondente afirmou ser **indiferente**, e dois respondentes classificaram como **pouco importante**. Nenhum respondente avaliou o item atualidade como **não considerado**. Atualidade parece ser um item relevante para os doutorandos respondentes.

4.1.5.4 Profundidade

A **profundidade** no tratamento do assunto (ter detalhes suficientes) foi considerada **muito importante** por cinco dos respondentes, e **importante**, por três respondentes. Nenhum respondente considerou o item **indiferente**, **pouco importante** ou **não considerado**. O item profundidade teve uma avaliação bem definida em relação ao seu grau de importância para os respondentes, pois todos a consideraram muito importante ou importante.

4.1.5.5 Formato

Sobre o item **formato** (estar impresso ou *online*), três respondentes o avaliaram como **indiferente**, dois o avaliaram como **pouco importante** e outros dois como **importante**. Nenhum respondente o considerou **muito importante** e um respondente definiu-o como **não considerado**.

Na visão dos participantes da pesquisa o fato de o conteúdo estar *online* ou impresso não pareceu trazer preocupação, mas percebeu-se tendência negativa no grau de importância, uma vez que a mesma quantidade de respondentes considerou o item **importante** ou **pouco importante**, anulando os graus intermediários da escala. As extremidades da escala foram as responsáveis por mostrar a tendência, pois ninguém o classificou como **muito importante**, enquanto um respondente o classificou como **não considerado**. Estes resultados sugerem uma situação um pouco diferente em relação ao resultado de outras pesquisas encontradas na literatura, onde o fato de estar *online* leva o usuário a preferi-lo em detrimento da qualidade do conteúdo, alegando haver maior facilidade e agilidade no acesso de material *online*. Por exemplo, uma pesquisa realizada por Kuhlthau e Tama (2001) encontrou resultado diferente: profissionais do Direito preferiam material impresso por ser mais fácil e confortável de ser manipulado.

Os dados encontrados, na pesquisa realizada por Kuhlthau e Tama, podem indicar uma característica da profissão de advogado, enquanto os dados encontrados nesta pesquisa podem indicar uma característica atual da área do Direito ou uma característica do público voltado para atividades acadêmicas, fato que ainda deve ser pesquisado mais detalhadamente.

4.1.5.6 Precisão

O quesito **precisão** da informação (exatidão, rigor, correção) foi avaliado como **importante** por cinco dos respondentes. Dois outros respondentes o consideram **muito importante** e um, como **indiferente**. Nenhum respondente o avaliou como **pouco importante** ou **não considerado**. Percebeu-se que o quesito precisão teve uma classificação de importância bastante elevada. Este resultado é compreensível, pois a exatidão de uma informação compromete o resultado a que se destina, em especial quando se pretende formar conhecimento como é o caso de cursos da pós-graduação.

4.1.5.7 Imparcialidade

Quanto à **imparcialidade** (abordagem sem favoritismo ou preconceito), seis doutorandos a consideram **importante**. Um respondente a considerou **indiferente**, e também um a considerou **pouco importante**. Nenhum respondente a avaliou como **muito importante** ou como **não considerado**.

A tendência do grau de importância foi positiva, pois não houve classificações extremas como **muito importante** e **não considerado**, enquanto as classes intermediárias, **indiferente** e **pouco importante**, tiveram as mesmas quantidades de indicação.

4.1.5.8 Cobertura

A **cobertura** do assunto tratado (abordar todos os aspectos importantes) foi avaliada por três dos respondentes como **importante** e por outros dois deles como **muito importante**. Outros dois entrevistados avaliaram a cobertura como

indiferente, e um entrevistado, como **pouco importante**. Não houve avaliação para o item cobertura como **não considerado**.

4.1.5.9 Conveniência

O item **conveniência** (nível de vocabulário e visual gráfico) foi avaliado como **importante** por quatro dos oito respondentes e como **muito importante** por um deles. O item também foi considerado como **indiferente** por um doutorando e como **pouco importante** pelos restantes dois respondentes. Nenhum respondente avaliou o item conveniência como **não considerado**.

4.1.5.10 Idioma

O item **idioma** foi considerado **importante** por três dos oito respondentes e **muito importante** por dois doutorandos. Outros dois respondentes o consideraram como **pouco importante** e um respondente declarou ser o item **indiferente**. Nenhum entrevistado avaliou o item como **não considerado**. A tendência observada foi de considerar o item idioma como importante. Houve uma observação sobre a importância de localizar originais ou boas traduções dos originais na pergunta sobre importância de acesso ao material. Percebe-se pelas respostas que apesar do item **idioma** ser considerado importante, esta não é a preocupação principal do doutorando no processo de seleção. Talvez isto aconteça por ser um público que tem conhecimento de mais de um idioma utilizado na área.

4.1.5.11 Estilo

O **estilo** (jornalístico, didático, poético, etc.) utilizado pelo autor foi avaliado como **importante** por cinco dos respondentes. Contudo, cada uma das classificações **indiferente**, **pouco importante** ou **não considerado** recebeu uma indicação. Nenhum respondente considerou o quesito estilo **muito importante**. Os coordenadores identificaram o item **estilo** (texto didático) como um critério pertinente ao processo de seleção de material para a graduação ou para a pós-graduação, pois possuem público diferenciado.

4.1.5.12 Aspectos especiais

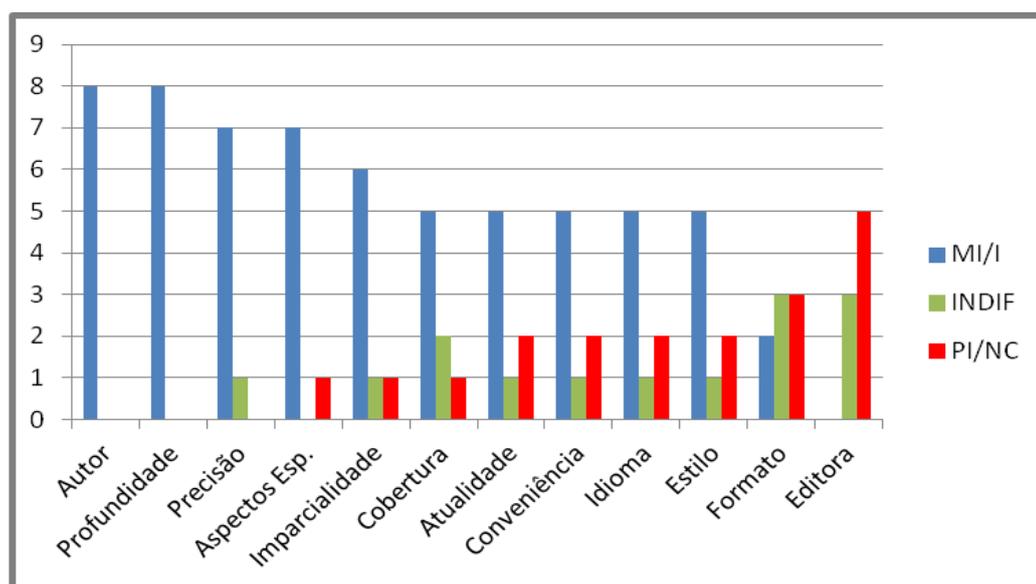
Por fim, foi avaliado por seis dos respondentes como importante, o quesito aspectos especiais (inclusão e qualidade de bibliografias, notas, índices, apêndices). Um respondente considerou-o muito importante e outro, pouco importante. Não houve avaliações como indiferente ou não considerado. A tendência percebida foi positiva, uma vez que sete respondentes consideraram-no com importância significativa.

Ao ser questionado sobre a existência de algum outro item, ainda não citado, adequado ao processo de seleção e o respectivo grau de importância a ele atribuído, somente um doutorando respondeu. Indicou as referências como item adequado à seleção e atribuiu a ele o grau **importante**.

Para melhor visualização do resultado da avaliação dos critérios de seleção pelos usuários segundo sua visão de grau de importância, os dados foram organizados para possibilitar uma apresentação gráfica mais clara. A escala de avaliação foi dividida em três conjuntos:

- indicação positiva: soma das porcentagens das classificações Muito Importante e Importante (MI/I),
- indicação neutra: porcentagens da classificação Indiferente (Indif),
- indicação negativa: soma das porcentagens das classificações Pouco Importante e Não Considerado (PI/NC).

GRÁFICO 2 – Comparação entre indicações positiva, neutra e negativa



Fonte: elaborado pela autora segundo dados da pesquisa

Considerou-se como critério mais importante para o usuário aquele que possuísse maior indicação positiva. Em caso de empate em relação à indicação positiva, considerou-se mais importante aquele com menor indicação negativa.

Desta forma, construiu-se um gráfico com a hierarquia encontrada. Por este gráfico, pode-se visualizar, em ordem decrescente, o grau de importância atribuído pelo usuário da área de Direito aos critérios adotados para seleção de material a ser usado em suas atividades de ensino e pesquisa.

Os itens considerados mais importantes pelo usuário foram **autor** e **profundidade** com a totalidade em indicação positiva. Em seguida, vêm os itens **precisão** e **aspectos especiais**, também com a mesma indicação positiva, mas observando que o item **aspectos especiais** tem maior indicação negativa que o item **precisão**. Em seguida aparecem **imparcialidade** e **cobertura**. Logo depois, aparecem empatados os itens **atualidade**, **conveniência**, **idioma** e **estilo**. Por fim, os últimos itens desta hierarquia são **formato** e **editora**.

4.1.6 Existência de autores imprescindíveis na área de atuação do doutorando

QUADRO 2 – Existência ou não existência de autores imprescindíveis na área de pesquisa do doutorando

Autores imprescindíveis	Linha de pesquisa	Não	Sim
	Constitucional	X	
Foucault, Habermas, Dworkin	Constitucional		X
	Constitucional / Direito do Trabalho	X	
Dworkin, Habermas, Alexy	Constitucional/ Direitos humanos		X
	Direito econômico	X	
	Educação jurídica	X	
Margareth Rago; Lilia Schwartz; Nina Rodrigues	História da criminologia		X
Foucault, Boaventura Santos, Morin	Sistema de Justiça / Direitos Humanos / Educação Jurídica		X

Fonte: elaborado pela autora segundo dados da pesquisa

Sobre o item **autores imprescindíveis**, houve equilíbrio nas opiniões: metade dos respondentes (4) acredita haver este tipo de autores em sua área de pesquisa enquanto a outra metade, afirma não haver autores imprescindíveis em suas áreas de pesquisa. Parece não haver concordância por área do Direito, uma vez que na área Constitucional alguns respondentes disseram haver autores imprescindíveis e alguns, não haver. Os autores mais citados como imprescindíveis foram Foucault, Habermas e Dworkin.

Nas questões abertas, a partir deste ponto do questionário, os respondentes especificaram de forma mais clara os critérios de seleção necessários para material de consulta.

4.1.7 Critério considerado relevante pelo usuário para a seleção de material destinado às atividades acadêmicas

QUADRO 3 - Critério levado em consideração pelo usuário no processo de seleção de material bibliográfico para uso nas atividades acadêmicas

Escola de pensamento dos autores; Experiência na área de pesquisa; Tipo de trabalho apresentado (tese, dissertação, relatório de pesquisa, artigo científico)
Indicação do professor
Autor e Tema
Qualificação do autor
Matéria, Nível de diferenciação na forma de abordagem, Diversidade em relação a outras obras similares, Inovação/novidade, Credibilidade do autor ou do objeto tratado.
Pertinência do material à temática de pesquisa.
No meu caso, pesquisa história, então encontrar materiais relativos ao período ou de autores do período histórico é o mais importante.
Tipo de obra, autor, idioma, profundidade.

Fonte: elaborado pela autora segundo dados da pesquisa

Na questão que procurou identificar os critérios que o usuário leva em consideração ao selecionar material para seu uso, o item mais citado foi o autor, em diferentes aspectos como: escola de pensamento, experiência como pesquisador, qualificação, credibilidade e período em que desenvolveu pesquisas.

Outros critérios utilizados na seleção foram: tipo de obra, assunto abordado, diversidade na forma de abordagem, inovação, época histórica, idioma e profundidade da abordagem.

4.1.8 Preferência por alguma editora e o que é considerado um diferencial

Questionados sobre a existência de preferência por alguma editora, quatro dentre seis respondentes disseram não ter preferência. Apenas dois dos respondentes disseram preferir uma editora. Um respondente afirmou preferir uma editora devido à sua linha editorial ou diagramação. Outro respondente citou especificamente a editora Juruá e disse preferi-la por esta explorar importantes questões de direito público, sobretudo políticas públicas. Dois doutorandos participantes da pesquisa não responderam a esta questão.

QUADRO 4 – Item que diferencia a editora pela qual tem preferência

Não há preferência
Juruá. Explora importantes questões de direito público, sobretudo políticas públicas.
Não tenho preferência por editora.
Não tenho preferência.
Não tenho
Linha editorial, diagramação.

Fonte: elaborado pela autora segundo dados da pesquisa

* Dois entrevistados não responderam a esta questão.

4.1.9 Data de publicação como limite ao uso da obra

QUADRO 5 – Relação entre data de publicação e utilidade para uso

Linha de pesquisa do respondente	Resposta à questão
Constitucional	Não. No direito constitucional as informações históricas são sempre relevantes.
Constitucional	Não. A teoria do direito trabalha muito próximo da filosofia do direito. Trabalha-se muito pouco com dados empíricos, então a datação não é tão relevante.
Constitucional (História e área do Trabalho)	Depende da obra. Livros de dogmática – como cursos e manuais – normalmente tem vida útil de um ano apenas, diante de eventuais alterações legislativas e jurisprudenciais. Livros teóricos, mais voltados à pesquisa, podem não ter limite temporal de uso.
Constitucional/Direitos humanos	Em razão do exame da minha pesquisa recair basicamente sobre o Estado Democrático de Direito, publicações que antecedem a esse marco temporal não têm tanta relevância, exceto como visão histórica e/ou de influências no atual paradigma.
Direito econômico (sistema financeiro)	Em parte, em função da dinâmica com que mudam as regras na área econômica e financeira. No entanto as obras continuam tendo valor histórico para efeito de comparação.
Educação jurídica	Não.
História da criminologia	Não, porque é uma pesquisa histórica.
Sistema de Justiça, Direitos Humanos e Educação Jurídica	Nos temas que pesquiso, não.

Fonte: elaborado pela autora segundo dados da pesquisa

Nenhum respondente afirmou que a data pode determinar o não uso do conteúdo. Algumas observações foram feitas:

- o tipo da obra pode influenciar o uso, ou seja, manuais têm vida útil curta, em torno de um ano, enquanto livros teóricos não têm limite temporal;
- mesmo em áreas de grande dinâmica como a econômica, os textos continuam tendo valor histórico para comparação;
- há necessidade de a data de publicação não ser anterior à existência do fato pesquisado, para que possa incluir sua análise;
- há necessidade de atualidade em relação à legislação aplicável. Contudo, foi ressaltado o valor histórico comparativo das informações.

A análise bibliográfica pareceu confirmar o fato de que há sempre um valor histórico, pois a maioria das referências (70%) possuía data de publicação entre 11 e 30 anos, existindo, inclusive, uma indicação com data de 1921.

4.1.10 Prevalência do fator acessibilidade sobre o fator qualidade de conteúdo no processo de seleção

QUADRO 6 – Prevalência entre acessibilidade e qualidade de conteúdo

Linha de pesquisa	A acessibilidade prevalece sobre a qualidade de conteúdo?
Constitucional	Não. A qualidade vem sempre em primeiro lugar.
Constitucional	Não
Constitucional/Direitos humanos Constituição e Democracia	Há textos clássicos e indispensáveis sobre o tema central de uma pesquisa. Acessá-los na língua original ou acessar boas traduções é, de fato, um diferencial.
Direito econômico (sistema financeiro)	Sim. Em função da ampla possibilidade de acesso às obras pela internet, considero o ensino e a pesquisa que utiliza obras mais acessíveis em redes sociais oportunizam melhor crítica e aperfeiçoamento. Quanto maior for o nivelamento de acesso ao material, mais ampla poderá ser a participação dos alunos e de outros pesquisadores nas discussões e no estudo.
Constitucional (História e área do Trabalho)	Não prevalece. A qualidade do conteúdo pode plenamente justificar o esforço para acesso ao material.
História da criminologia	Nesse caso sim, porque diante da dificuldade de encontrar os materiais, qualquer que seja acaba tendo uma grande relevância.
Sistema de Justiça, Direitos Humanos e Educação Jurídica	Para ensino, às vezes, sim.

Fonte: elaborado pela autora segundo dados da pesquisa

*Um entrevistado não respondeu a esta questão

Sobre a questão **acessibilidade** (possibilidade de se ter acesso ao material), quatro dentre sete respondentes afirmaram que a possibilidade de se ter acesso ao material não prevalece sobre sua qualidade de conteúdo. Contudo, foram relatadas situações em que o acesso tem maior importância:

- quando promove maior discussão e aprimoramento de um assunto,
- quando está destinado ao ensino e o acesso promove ampla discussão,
- quando o tema estudado tem poucas e raras publicações.

4.2 ANÁLISE DOCUMENTAL REFERENTE À BIBLIOGRAFIA DA PÓS GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO DISPONÍVEL EM 2011

A bibliografia disponível continha 392 referências, referentes a sete disciplinas relacionadas às linhas de pesquisa dos doutorandos participantes da pesquisa. São elas: Dimensão Histórico-sociológica do constitucionalismo, Direito econômico, Estado e regulação, Formação acadêmica no Direito, Teoria geral dos direitos humanos, Elementos de teoria da constituição e Jurisdição constitucional brasileira. Foram analisados os quesitos **autor**, **editora**, **data de publicação** e **idioma**.

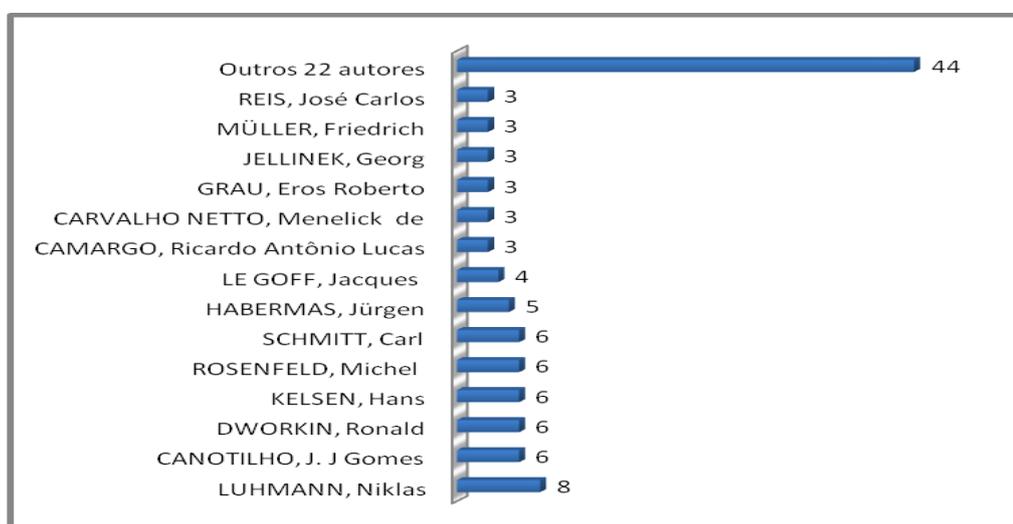
Das 392 referências totais, duas estavam incompletas, sem constar o item autor. Para análise do quesito **autor**, portanto, o objeto do estudo foi composto por 390 referências.

Na análise da bibliografia, das 392 referências, 281 referências (72%) continham autores citados apenas uma vez, enquanto 109 continham autores repetidos, ou seja, 27,8 % delas. Destas referências com autores repetidos, dos 36 autores citados, 22 deles, obtiveram apenas duas indicações cada um. Dos 14 autores restantes, que obtiveram mais de duas indicações, os mais citados foram: Luhmann, com oito indicações, Canotilho, Dworkin, Kelsen, Rosenfeld e Schmitt com seis indicações cada e Habermas, com cinco indicações. Também obtiveram mais de duas indicações os autores Le Goff, com quatro indicações, e os autores Ricardo Camargo, Carvalho Netto, Eros Grau, Jellinek, Müller e José Reis, com três indicações cada um.

Os 22 autores citados com duas ocorrências são: ADEODATO, João Maurício;

Aristóteles; BIELSA, Rafael; BOBBIO, Norberto; BRAUDEL, Fernand; BURKE, Peter; CAENEGEM, R.C. van; DE VERGOTTINI, Giuseppe; FELIX, Loussia; GRIFFIN, Stephen M; HÄBERLE, Peter; HELLER, Hermann; HESSE, K; LASSALLE, Ferdinand; LAUBADÉRE, André de; LÔBO, Paulo Luiz Netto; PECES-BARBA-MARTINÉZ, G; SCHWATZ, Bernard; SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de; SOUZA, Washington Peluso Albino de; TREVELYAN, George Macaulay; VERDÚ, Pablo Lucas. Apesar da grande importância atribuída pelo usuário ao critério autor para a seleção de material bibliográfico, a bibliografia da área mostrou uma pulverização dos autores citados, sem grande tendência para nenhum deles, conforme gráfico 3.

GRÁFICO 3 – Autor por número de ocorrências na bibliografia



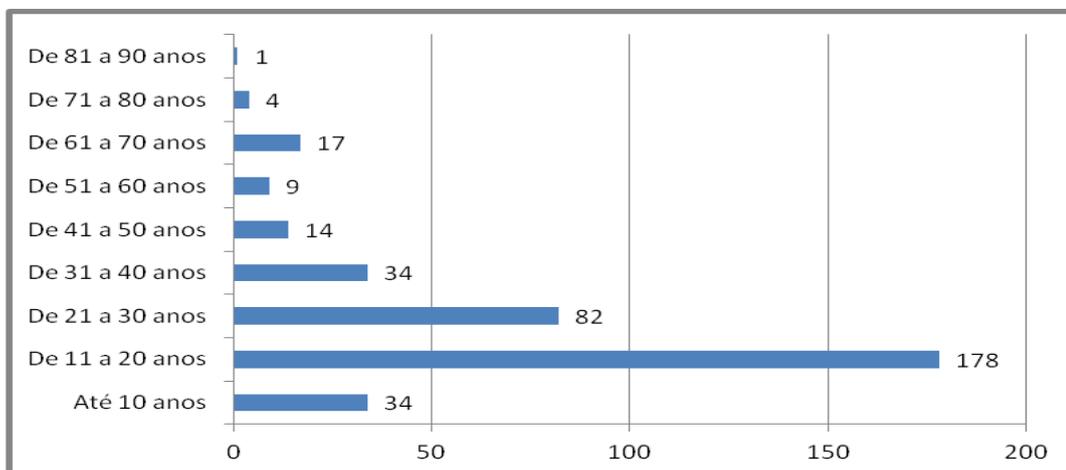
Fonte: elaborado pela autora segundo dados da pesquisa

Outro item analisado na bibliografia do curso foi **data de publicação**. Das 373 referências com data, sete tinham nove anos de publicação e 27, dez anos. A grande maioria das ocorrências (70%) tinha entre 11 e 30 anos de publicação, conforme o gráfico 4.

Comparando-se estes dados com os dados sobre grau de importância atribuída pelo doutorando à atualidade da obra a ser utilizada em suas atividades, percebe-se certa diferença. Enquanto os doutorandos afirmaram que a atualidade é importante, a análise da bibliografia demonstra que a data de publicação aceita para uso é de 30 anos em média. Pode-se relacionar este dado com a questão da meia-vida de coleções (*half-life*) e lembrar que a área do Direito, principalmente na

atividade acadêmica, necessita de fundamentação teórica, onde as atualizações são mais lentas. Privilegia-se o lado histórico e comparativo dos textos.

GRÁFICO 4 – Quantidade de títulos por data de publicação

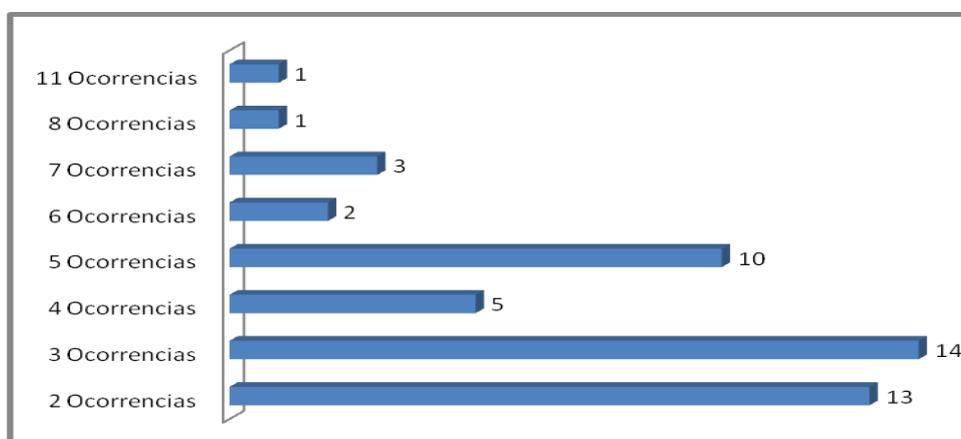


Fonte: elaborado pela autora segundo dados da pesquisa

Também o quesito **editora** foi observado na avaliação da bibliografia. Ao retirar da análise as 23 referências que não identificavam as editoras, o conjunto passível de análise passou a conter 369 referências. Em 49% destas referências, não houve repetição das editoras, enquanto em 51% delas ocorreu repetição.

Em relação às 228 editoras existentes na bibliografia, 21% (49 editoras) tiveram mais de uma ocorrência e 79% delas (179 editoras) tiveram apenas uma citação.

GRÁFICO 5 – Editoras repetidas por número de ocorrências



Fonte: elaborado pela autora segundo dados da pesquisa

Das 49 editoras citadas mais de uma vez, 18 são nacionais e 31, estrangeiras. Há também 11 ocorrências de editoras ligadas a universidades. Pouco mais da metade das editoras citadas mais de uma vez (27) teve entre duas e três ocorrências.

As 49 editoras relacionadas na bibliografia, por número de ocorrências são:

- Com duas ocorrências - Abeledo- Perrot, Aguilar, Alianza, Ática, Cardozo Law School, Columbia University Press, Duke University Press, Ed. da UFRGS, Universidad Complutense de Madrid, Francisco Alves Ed., Lib. Générale. de Droit, Milano Giuffré, Sweet & Maxwell;
- Com três ocorrências - Cambridge University, CEDAM, Clarendon Press, Dalloz, Harvard University Press, Il Mulino, Lumen Juris, Papyrus, Penguin, Presses Universitaires de France, Princeton University Press, Recneil Sirey, Tecnos, Vozes;
- Com quatro ocorrências – Almedina, Del Rey, Editora Saraiva, Forense, Tempo Brasileiro;
- Com cinco ocorrências – Ariel, Companhia das Letras, Cortez, Ed. UnB, Editora Nacional, Guiffre Ed, Martins Fontes, Max Limonad, Oxford University Press, Unesp;
- Com seis ocorrências - Centro de Estudios Constitucionales, Conselho Federal da OAB;
- Com sete ocorrências – Civitas, Coimbra Editora, Sérgio Fabris Editor;
- Com oito ocorrências - Editora RT;
- Com onze ocorrências - Fondo Cultura Económica.

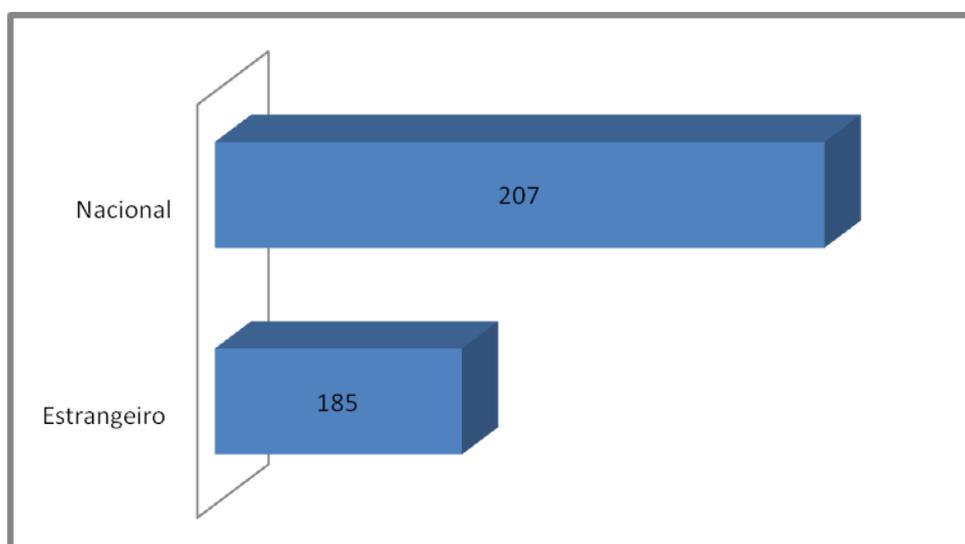
O resultado da análise da bibliografia parece confirmar o resultado das respostas do questionário, onde os doutorandos não atribuíram alto grau de importância ao critério editora. Pode-se perceber a grande quantidade de editoras citadas uma única vez, não indicando preferência por nenhuma em especial.

Sobre o item **idioma** observou-se que pouco mais da metade das 392 referências eram de títulos em português (52,8% ou 207 títulos). Os demais 185

títulos (47,2%) eram estrangeiros e subdividiam-se em títulos nos idiomas inglês, francês, italiano e espanhol.

A predominância do idioma português é previsível por se tratar da língua oficial do país onde ocorre a pesquisa. A diferença deste quantitativo em relação ao quantitativo de títulos estrangeiros é pequena, o que também pode ser considerado aceitável, uma vez que a análise ocorre sobre uma bibliografia de doutorado, período dedicado à pesquisa fundamentada, normalmente, por textos em língua original de autores relevantes de cada área pesquisada e pertencentes a diversas nacionalidades.

GRÁFICO 6 – Frequência de títulos estrangeiros e nacionais



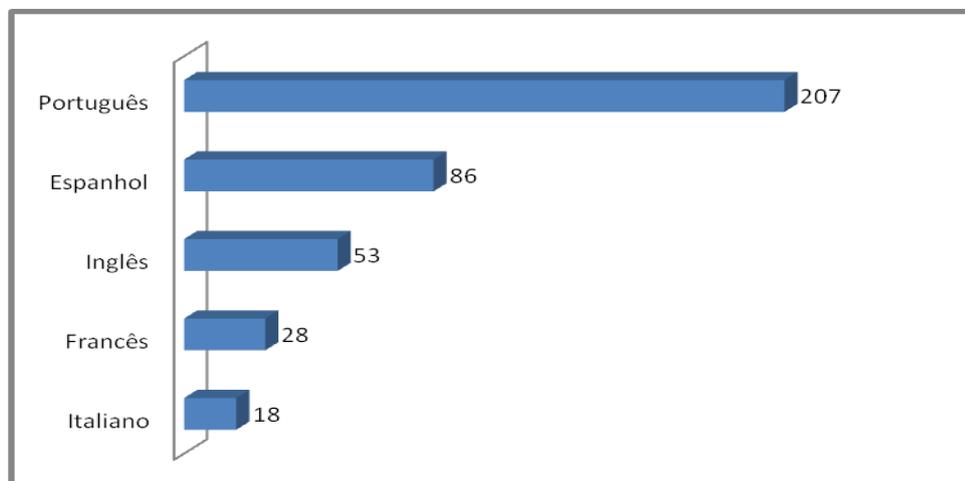
Fonte: elaborado pela autora segundo dados da pesquisa

Dentre os títulos estrangeiros, o idioma predominante foi o espanhol, com 86 ocorrências, seguido pelos títulos em inglês, com 53 ocorrências, logo após vieram os títulos em francês e os títulos em italiano, respectivamente com 28 e com 18 ocorrências.

O resultado da análise da bibliografia confirmou as respostas do questionário quanto aos idiomas utilizados pelos doutorandos para leitura. Também evidenciaram a relação entre o idioma mais utilizado pelos doutorandos e a quantidade de títulos na bibliografia em determinado idioma, sendo o espanhol e o inglês os idiomas mais utilizados para leitura e também os existentes em maior quantidade na bibliografia. Em seguida, vieram aqueles em francês e por último, os títulos em italiano.

O idioma presente na bibliografia do curso pode indicar uma relação com a origem geográfica de determinado ramo do Direito, ou com a nacionalidade dos especialistas destas áreas que publicam na língua original.

GRÁFICO 7 – Ocorrência de títulos por idioma



Fonte: elaborado pela autora segundo dados da pesquisa

4.3 RELATO DA ENTREVISTA

A entrevista foi realizada na sala dos professores da Faculdade de Direito no dia 05/03/2012, às 11:00, com a professora coordenadora da graduação do curso.

A professora coordenadora salientou como quesito prioritário de seleção a qualidade. Contudo, alertou para o fato de ser o processo extremamente subjetivo e, o que significa qualidade para uns, pode não ter o mesmo significado para outros.

Quanto à data de publicação, afirmou ser fundamental, principalmente para as áreas de legislação e jurisprudência.

A professora confirmou a pouca relevância da editora como critério de seleção, uma vez que, na área do Direito, há inúmeras editoras pequenas que facilitam a publicação não possuindo a mesma qualidade de seleção dos trabalhos como as grandes editoras.

Quanto ao item formato, a professora acredita ser este um critério que sofre influência cultural, e que tende a adaptar-se à forma de pensamento das pessoas ao longo do tempo. Para ela, estar *online* ou impresso não faz diferença para o uso.

Em relação ao idioma mais utilizado para leitura, a Sr^a coordenadora esclareceu que na área de sua atuação, Direito do Trabalho, tem-se um uso maior do idioma italiano que do idioma francês.

A professora finalizou esclarecendo o que para ela significava qualidade, dizendo que o texto selecionado deve apresentar completeza e profundidade, além de ser didático.

Posteriormente, conseguiu-se agendar uma entrevista com o professor coordenador da pós-graduação do curso de Direito. Realizou-se em 16 de março de 2012, às 18:00, na Faculdade de Direito. Teve duração de aproximadamente 40 minutos.

Para o professor coordenador da pós-graduação os critérios mais relevantes para seleção de material destinado ao uso são o **conteúdo**, o **autor** e a **atualidade**.

O item **editora**, na sua avaliação, é visto como importante quando reflete a relevância do autor publicado ou do conteúdo. Segundo o professor, existem algumas editoras importantes e com nome reconhecido, mas em geral não é um critério a ser usado indistintamente para todas elas.

Quanto ao **estilo**, esclareceu que se deve ter a preocupação em selecionar um texto didático quando destinado à graduação, mas que em relação à pós-graduação esta preocupação já não existe.

Quanto ao **idioma**, afirmou que a bibliografia da pós-graduação deve ser prioritariamente estrangeira, e que ele, particularmente, quando organiza a bibliografia das disciplinas que leciona, procura sempre incluir referências de títulos estrangeiros.

Para o professor coordenador é muito importante que a bibliografia esteja **atualizada**, buscando as novas formas de pensamento e discussões na área.

Sobre a questão de **formato**, explicou que a oferta de títulos *online* tem aumentado, o que torna mais convidativo o uso desta ferramenta. Acredita que haverá uma tendência de aumento de uso da informação digital.

Quando questionado sobre qual o critério usado para definir a importância de um novo autor, o professor informou que a importância dada está relacionada à

quantidade de artigos publicados, o que denota qualidade, e à participação em discussões importantes na área. O professor informou, por fim, que sua área de atuação é o Direito Constitucional.

5 CONCLUSÕES

A pesquisa com os usuários da área de Direito, cuja amostra potencial era de 30 doutorandos, teve como amostra efetiva final o montante de oito respondentes. Assim sendo, os dados encontrados sobre a necessidade de informação dos entrevistados trazem apenas indícios sobre uso e preferências, os quais devem ser avaliados em novas pesquisas, mais abrangentes ou profundas.

Verificou-se que a **idade** não parece indicar influência na forma de seleção, mas deve-se atentar para o fato de que a amostra possuía idade homogênea, com maior concentração entre 30 e 39 anos. Estes dados parecem concordar com a literatura que diz que “[...] os atributos demográficos (sexo, idade, raça, religião, renda familiar) não são indicadores potenciais do comportamento de busca e uso da informação” (FERREIRA, 1995a, p.62).

As línguas estrangeiras mais utilizadas pelos doutorandos para leitura foram o inglês e o espanhol. Logo depois, o italiano e por fim, o francês. A bibliografia indicada confirma o maior uso do idioma espanhol e inglês e o menor uso dos idiomas francês e italiano, nesta ordem. Na entrevista, a coordenadora da graduação informou haver uma tendência de maior uso do idioma italiano em detrimento ao francês, pelo menos na área do Direito do Trabalho. Esta discrepância pode estar relacionada ao pequeno número da amostra, necessitando ser averiguada em pesquisa mais abrangente.

Identificou-se a ordem decrescente de uso por **tipo de conteúdo** como sendo: doutrina, legislação e jurisprudência. Assuntos diversos ao da área do Direito também são utilizados, confirmando dados encontrados em pesquisa anterior (KUHLETHAU; TAMA, 2001). Esta escala pareceu procedente, uma vez que, na área acadêmica, utiliza-se a informação para fundamentar pesquisas e estudos, e a fonte produtora de conceitos e definições é a doutrinária.

Os critérios **autoridade** e **profundidade** foram apontados pelos entrevistados como os de maior relevância no processo de seleção de material bibliográfico destinado ao uso em ensino e pesquisa. Em seguida, vieram **precisão** e **aspectos especiais**. Por fim, os critérios que apresentaram menor relevância na visão deste usuário foram **formato** e **editora**. Os demais itens analisados obtiveram o grau de

importância bastante semelhante na visão deste público específico (**imparcialidade, cobertura, atualidade, conveniência, idioma e estilo**). Esta hierarquia foi semelhante à encontrada pela análise da bibliografia e também confirmada pelas entrevistas com os professores coordenadores.

Editora foi um item com baixa indicação de importância pelo usuário da área, não existindo preferência por nenhuma delas. A questão do *design* não pareceu relevante para este público, e o destaque dado ao quesito **editora** relacionou-se mais com a pertinência do conteúdo.

A questão do **formato** (estar *online* ou impresso) indicou uma menor preocupação deste usuário com o manuseio físico ou digital, diferentemente do que foi encontrado em pesquisa anterior (KUHLTHAU; TAMA, 2001). Deve-se atentar para o fato de que a pesquisa citada foi realizada com advogados americanos em atividades profissionais, enquanto a presente pesquisa realizou-se com acadêmicos brasileiros em atividades de ensino e pesquisa. Outro diferencial é o intervalo de 10 anos entre a realização das pesquisas o que deve alterar a forma como o usuário relaciona-se com a tecnologia, uma vez que o indivíduo pertence a um contexto situacional (DERVIN; NILAN, 1986).

A questão sobre a existência de **autores imprescindíveis** não apresentou definição clara, transparecendo pela análise da bibliografia, a ideia de que o número de autores é bastante diversificado, sem nenhuma predominância. Na questão sobre o critério levado em consideração na última busca bibliográfica, o quesito com indicação de maior atenção por parte dos doutorandos foi **autor**, confirmando destacada importância para este público. Esta informação também foi confirmada nas entrevistas com os professores coordenadores.

A **data de publicação** não foi considerada impeditiva ao uso, pois os dados sugeriram grande relevância dada por este usuário à questão histórica e comparativa nos estudos na área. Observa-se, porém, a necessidade de material atual principalmente em relação à legislação e à jurisprudência utilizadas. Há também a preocupação em buscar as novas discussões existentes na área.

A **acessibilidade**, na visão dos doutorandos entrevistados, não prevalece sobre a **qualidade do conteúdo**. Esta situação parece diferir de outras pesquisas, onde a “lei do menor esforço” prevalecia (BAPTISTA; CUNHA, 2007). Isto pode estar

ocorrendo devido ao fato de existir uma quantidade cada vez maior de trabalhos acessíveis, diminuindo muito o custo da busca.

Em linhas gerais, percebe-se que por categoria de tipo de critério, houve maior destaque a quesitos relacionados ao conteúdo do documento (autor e profundidade), enquanto o que recebeu menor avaliação sobre o grau de importância pelos doutorandos estava relacionado aos aspectos especiais do documento (formato e editora - diagramação). Os demais itens analisados, que não apresentaram grande diferenciação nos graus de importância a eles atribuídos, estavam relacionados à adequação ao usuário (conveniência, idioma, estilo) e também a outros aspectos do conteúdo (precisão, imparcialidade, atualidade e cobertura).

Em relação aos critérios de seleção padrão, aqueles utilizados normalmente em processos de seleção, os dados desta pesquisa não indicaram discrepância, uma vez que o único item sugerido como novo pelos doutorandos (referências) é um item já avaliado em processos institucionais de seleção.

Uma contribuição desta pesquisa foi a formação de uma hierarquia em relação ao grau de importância atribuído pelo usuário da área aos critérios de seleção utilizados. Os resultados encontrados na análise das respostas do questionário foram confirmados pelos dados encontrados na análise da bibliografia e, também, nas entrevistas.

6 SUGESTÕES

Por ter conseguido respostas de um número bastante reduzido de participantes, os dados encontrados são apenas indicativos, demandando novas pesquisas mais aprofundadas.

Sugere-se nova pesquisa com amostra preferencialmente composta por docentes, uma vez que a presente pesquisa teve como amostra os discentes, predominantemente.

Como há pouca literatura sobre o assunto critérios de seleção individualizados por área do conhecimento, seja nacional ou estrangeira, sugerem-se pesquisas com usuários por área do conhecimento, em nível nacional, ou em nível local, com profundidade.

Pesquisas sobre necessidade de informação são indicadas para a adequação a um contexto atual, incluindo formas de pensar dos indivíduos ou tecnologias existentes, as quais podem alterar resultados de pesquisas anteriores. Portanto, são imprescindíveis pesquisas ao longo do tempo sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M.B.M.; FAQUETI, M.F. Mudança no serviço de referência, em bibliotecas universitárias, sob o impacto das novas tecnologias. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 12., 2002, Recife. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.sibi.ufrj.br/snbu/snbu2002/oralpdf/89.a.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2010.
- AMARAL, S.A. Gestão da informação e do conhecimento nas organizações e a orientação de marketing. **Informação e Informação**, v. 13, n. esp., p. 52-70, 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1841/1554>>. Acesso em: 15 jan. 2011.
- ARAÚJO, C.A.A. *et al.* A Ciência da Informação na visão dos professores da ECI/UFMG. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.12, n.2, p. 3-22, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v12n2/v12n2a02.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2011.
- BAPTISTA, S.G.; CUNHA, M.B. Estudos de usuários: visão global dos métodos de coletas de dados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.12, n.2, p. 168-184, maio/ ago 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v12n2/v12n2a11.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2011.
- BARRETO, A. A. A questão da informação. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 8, n.4, 1994. Disponível em: <<http://www.alternex.com.br/~aldoibct/quest/quest.htm>>. Acesso em 01 jun. 2011.
- BARTLETT, J.C. ; TOMS, E.G. How is information used? : applying task analysis to understanding information use. In: CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 35., 2005. **Electronic proceedings...** Disponível em: <http://www.cais-acs.ca/proceedings/2005/bartlett_2005.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2012.
- BAWDEN, D. Users, user studies and human information behavior: A three-decade perspective on Tom Wilson's "On user studies and information needs". **Journal of Documentation**, v. 62, n. 6, p.671-679, 2006. Disponível em: <<http://www.pdf-finder.com/pdf/Department-of-Information-Science-City-University-London.html>>. Acesso em: 07 nov. 2010.
- BELKIN, N.J. ; ODDY, R.N.; BROOKS, H.M. . Ask for information retrieval: part I. Background and theory. **Journal of Documentation**, v.38, n.2., p.61-7, jun. 1982. Disponível em: <<http://comminfo.rutgers.edu/~belkin/articles/Belkin%20ASK%20p1.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2012.
- BERTUCCI, L.M. Seleção: aspecto primordial do gerenciamento da biblioteca universitária no século XXI. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 11., 2000, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <snbu.bvs.br/snbu2000/docs/pt/doc/t069.doc>. Acesso em: 03 jun. 2010.

BETTIOL, E.M. **Necessidades de informação na área de biotecnologia agropecuária no Brasil**. 1988. 269 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 1988.

BOBBIO, N. **O Positivismo Jurídico**: lições de filosofia do direito. São Paulo : Ícone, 1995.

BORKO, H. Information Science: what is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p. 3-5, 1968.

CALVA GONZÁLES, J.J. Las necesidades y comportamiento de los investigadores como usuarios de las bibliotecas de las instituciones de educación superior en América Latina. **Documentación de las Ciencias de la Información**, v.27, p.97-116, 2004. ISSN: 0210:4210. Disponível em: <http://www.ucm.es/BUCM/revistas/inf/021_04210/articulos/DCIN0404110097A.PDF>. Acesso em: 17 set. 2010.

CARVALHO, D.Q. Classificação decimal de direito. 4. ed. rev. e atual. Brasília : Presidência da República, 2002. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/galeria-de-fotos/arquivos-importados/arquivos-pdf/classificacao-decimal>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

CARVALHO, M. C. R. **Estabelecimento de padrões para bibliotecas universitárias**. Fortaleza: UFC/ABDF, 1981.

CHOO, C.W. **Information management for the intelligent organization**: the art of scanning the environment. 3.ed. New Jersey: Information Today, 2002. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=IDIDwy9UfmsC&pg=PR14&lpg=PR13&ots=8qY9gnd2fy&dq=information+management+for+the+intelligent+organization+the+art+of+scanning+the+environment&lr=&hl=pt-BR#v=onepage&q=information%20management%20for%20the%20intelligent%20organization%20the%20art%20of%20scanning%20the%20environment&f=false>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

CRESPO, I.M. CAREGNATO, S.E. Padrões de comportamento de busca e uso de informação por pesquisadores de biologia molecular e biotecnologia. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 30-38, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewArticle/784>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

CUNHA, M.B. Metodologias para estudo de usuários de informação científica e tecnológica. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v.10, n.2, p. 5-19, 1982.

DAVID, R. **Os Grandes Sistemas do Direito Contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

DERVIN, B. ; NILAN, M. Information needs and uses. **Annual Review of Information Science and Tehcnology**, v.21, p. 3-33, 1986.

DIAS, E.W. Ensino e pesquisa em ciência da informação. **DataGramaZero**, v. 3, n.5, 2002. Disponível em: < http://www.dgz.org.br/out02 /Art _02.htm >. Acesso em: 18 maio 2011.

DIAS, M.M.K. ; PIRES, D. **Usos e usuários da informação**. São Carlos: EdUFSCAR, 2004.

EVANS, G. E. **Developing library collections**. Littleton: Libraries Unlimited, 1979.

FERRAZ JR., T.S. **Introdução ao Estudo do Direito**. São Paulo: Atlas, 1988

FERREIRA, S. M. S. P. **Redes eletrônicas e necessidades de informação**: abordagem do Sense-Making para estudo de comportamento de usuários do Instituto de Física da USP. 1995a. 215 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

FERREIRA, S. M. S. P. Novos paradigmas e novos usuários da informação. **Ciência da Informação**, v.32, n.2, 1995b. Disponível em: < <http://revista.ibict.br/ ciinf / index.php/ciinf/article/view/440/398>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

FERREIRA, S.M.S.P. Design de biblioteca virtual centrado no usuário: a abordagem do sense-making para estudos de necessidades e procedimentos de busca e uso da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 26, n. 2, maio 1997 . Disponível em: <http://www.scielo.br/ scielo.php?pid=S0100-19651997000200014&script =sci _arttext> . Acesso em: 05 maio 2011.

FIGUEIREDO, N.M. **Desenvolvimento & Avaliação de Coleções**. Rio de Janeiro: Rabiskus, 1993.

FIGUEIREDO, N.M. **Estudos de uso e usuários da informação**. Brasília: IBICT, 1994.

GARCEZ, E.M.S. ; RADOS, G.J.V. Biblioteca híbrida: um novo enfoque no suporte à educação à distância. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 44-51, maio/ago. 2002. Disponível em: < www.scielo.br/pdf/ci/v31n2/12907.pdf >. Acesso em: 12 dez. 2011.

GASQUE, K.C.G.D. **O pensamento reflexivo na busca e no uso da informação na comunicação científica**. 2008. 241 f. Tese (doutorado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e documentação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2008. Disponível em: <http://bdtd.bce.unb.br/ tedesimplificado / tde_busca/arquivo.php? codArquivo=3564>. Acesso em: 02 abr 2011.

GASQUE, K.C.G.D. ; COSTA,S.M.S. Evolução teórico-metodológica dos estudos de comportamento informacional de usuários. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 39, n. 1, p.21-32, jan./abr., 2010.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GILL, P. Book selection: by what criteria and with what objective? **Library Review**, v.28, n.1, p. 3-7, 1979.

HERNER, Saul; HERNER, Mary. Information need and use studies in science and technology. **Annual Review of Information Science and Technology**, v.2, p. 1-34, 1967.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KELSEN, H. **Teoria pura do direito**: introdução à problemática científica do direito. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, c2006. (RT textos fundamentais ;5).

KUHLTHAU, C. ; TAMA, S.L. Information Search Process of Lawyers: 'a call for me' 'just for me' Information Services. **Journal of Documentation**, v.57, n.1, p.25-43, jan.2001. Disponível em: <<http://comminfo.rutgers.edu/~tefko/Courses /612/Articles /KuhlthauTama.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2011.

LE COADIC, Y.F. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LEITÃO, B.J.M. **Avaliação qualitativa e quantitativa numa biblioteca universitária**: grupos de foco. Niterói: Intertexto, 2005.

LIMA, H. **Introdução à Ciência do Direito**. 28. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1986.

LIRA, W.S. *et al.* Processo de decisão do uso da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v.12, n.2, p. 64-80, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v12n2/v12n2a05.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2010.

MACHADO, M.T.F. Relacionamento biblioteca/usuário: fator relevante no processo de disseminação da informação jurídica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 19., 2000, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2000. 1 CD.

MACIEL, Alba C.; MENDONÇA, Marília A.R. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência, 2000.

MARCHIONINI, G. **Information seeking in electronic environments**. Cambridge: Cambridge University, 1995. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=cYOHgr18DSQC&oi=fnd&pg=PR8&dq=marchionini+information+search&ots=e4qJLGTA_T&sig=6w1PVvN8TtBriOdEcqK2wnn4gQs#v=onepage&q=marchionini%20information%20search&f=false>. Acesso em: 05 jan. 2012.

MARTÍNEZ-SILVEIRA, Martha ; ODDONE, Nanci. Necessidades e comportamento informacional: conceituação e modelos. **Ciência da Informação**, v.36, n.2, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652007000200012&script=sci_arttext>. Acesso em: 22 out. 2010.

MARTINS, V. S. G.; CÂMARA, M. U.; VILLAS BOAS, M. L. F. Estabelecimento de uma política de desenvolvimento de coleções no sistema de bibliotecas da UNICAMP. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 11., 2000, Florianópolis. **Trabalhos apresentados...** Florianópolis: [s.n.], 2000.

MINAYO, M.C.S. ; SANCHES, O. Qualitativo – Quantitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.9, n.3, p. 239-262, jul./set. 1993. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2011.

MIRANDA, A.C.C. A qualidade enquanto instrumento na política de desenvolvimento de coleções jurídicas. In: CIBERÉTICA, 2.; SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL , INFORMAÇÃO E ÉTICA; ENCONTRO NACIONAL DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA, 8; PAINEL BIBLIOTECONOMIA EM SANTA CATARINA, 22, 2003, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2003. Disponível em: <http://www.ciberetica.org.br/trabalhos/anais/7-13-e1-13.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2011.

MIRANDA, A.C.C. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 4, n. 2, p. 01-19, jan./jun. 2007. ISSN: 1678-765X. Disponível em: < www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/include/getdoc.php?id=388 >. Acesso em: 02 nov. 2010.

MIRANDA, A.L.C. **Seleção de material bibliográfico em bibliotecas universitárias brasileiras**: idéias para um modelo operacional. Brasília: Convênio CAPES /ABDF, 1978.

MIRANDA, A.L.C. Acervos de livros das bibliotecas de ensino superior no Brasil: situação problemática e discussão de metodologia para seu diagnóstico permanente. **Ciência da Informação**. Brasília, v.22, n.1, p. 30-40, jan./jun. 1993.

MIRANDA, S. Como as necessidades de informação podem se relacionar com as competências informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 99-114, set./dez. 2006. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652006000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 out. 2010.

NEVES, J.L. Pesquisa qualitativa: características, uso e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**. São Paulo, v.1, n.3, p. , 2º sem. 1996. Disponível em: < <http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2011.

PAIM, I.; NEHMY, R.M.Q. Questões sobre a avaliação da informação: uma abordagem inspirada em Giddens. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo

Horizonte, v.3, n.2, jul./dez. 1998. Disponível em: < portaldeperiodicos.eci.ufmg.br >. Acesso em: 15 dez. 2011.

PAISLEY, W. Information needs and uses. *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 3, p. 1-30, 1968.

PASSOS, E. Bibliotecário jurídico: seu perfil, seu papel. In: ENCONTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO JURÍDICA, 3., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Disponível em:<<http://www.infolegis.com.br/perfilbibjridico.htm>>. Acesso em 05 jun. 2011.

PINHEIRO, L.V.R. ; LOUREIRO, J.M.M. Traçados e limites da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, v.24, n.1, 1995. Disponível em: < <http://revista.ibict.br /index.php/ciinf/article /viewArticle/531> >. Acesso em: 15 maio 2011.

RAMOS, M.E.M. Padrões como instrumento de avaliação e qualidade em bibliotecas universitárias. In: SEMINARIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 12., 2002, Recife. **Anais...** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002. Disponível em:<<http://www.sibi.ufrj.br/snbu/ snbu2002/ oralpdf/ 94.a.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2010.

ROBINSON, M.A. An Empirical Analysis of Engineers' Information Behaviors. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v.61, n.4, p.640–658, 2010. Disponível em: < <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi. 21290/full> >. Acesso em: 15 dez. 2010.

ROCHA, L.V. **Análise da busca, uso e avaliação dos serviços da biblioteca pelos assessores de ministros do Supremo Tribunal Federal em relação às suas necessidades de informação jurídica**. 2010. 121f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, 2010.

ROZADOS, H.B.F. Uso de indicadores na gestão de recursos de informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 3, n. 1, p. 60-76, jul./dez. 2005.

SANTOS, M.H.; NASCIMENTO, L.A.L.; OLIVEIRA, E. **Mineração em metadados aplicados ao processo de desenvolvimento de coleções**. 2005. Disponível em: < http://eprints.rclis. org/bitstream /10760/8775/1/Art_BIB_DIGI.pdf >. Acesso em: 30 mar. 2011.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.1, n.1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: < <http://portalde periodicos.eci.ufmg.br /index.php/pci/article/viewFile/235/22>>. Acesso em: 17 maio 2011.

SILVA, A.G. **Fontes de Informação Jurídica**: conceitos e técnicas de leitura para o profissional da informação. Rio de Janeiro: Interciência, 2010.

VERGUEIRO, W.C.S. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da Informação**, v.22, n.1, 1993.

VERGUEIRO, W.C.S. **O olhar do cliente como fator de qualidade para a gestão de bibliotecas universitárias**: estudo de caso em instituições brasileiras. 2000. Disponível em: < [http://dici .ibict.br/archive/00000824/01/T173.pdf](http://dici.ibict.br/archive/00000824/01/T173.pdf) >. Acesso em: 25 jan 2011.

VERGUEIRO, W.C.S. **Seleção de materiais de informação**: princípios e técnicas. 3.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2010.

VERGUEIRO, W.C.S.; CARVALHO, T. Definição de indicadores de qualidade: a visão dos administradores e clientes de bibliotecas universitárias. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.6, n.1, p.27-40, jan./jun.2001.

WEITZEL, S.R.. Critérios para seleção de documentos eletrônicos na internet. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 19.,2000, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2000. Disponível em: <[dici.ibict.br /archive/00000816/](http://dici.ibict.br/archive/00000816/)>. Acesso em: 20 set. 2010.

WILSON, T.D. On user studies and information needs. **Journal of Librarianship**, v. 37, n.1, p. 3-15, 1981 . Disponível em: <<http://informationr.net/tdw/publ /papers/1981infoneeds.html>>. Acesso em: 22/10/2010. Reeditado no v. 62, n. 6, 2006.

WILSON, T.D. Models in information behavior research. **Journal of documentation**, v.55, n.3, jun.1999.

WILSON, T.D. Recent trends in user studies: action research and qualitative methods. **Information Research**, v.5 n. 3, 2000. Disponível em: < <http://informationr.net /ir/5-3/paper76.html> >. Acesso em: 22/10/2010.

APÊNDICE A – Questionário



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
 FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - FCI
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PPGCINF

Este questionário destina-se à coleta de dados para identificação de critérios relevantes, na visão do usuário, que possam influenciar positivamente a qualidade do processo de seleção de material destinado ao ensino e à pesquisa na área do Direito. Faz parte de pesquisa realizada como trabalho de conclusão do mestrado em Ciência da Informação, tendo como orientadora a professora Dr^a Sofia Galvão Baptista.

Os dados aqui obtidos serão utilizados, apenas, para fins acadêmicos.

1) Idade:

De 20 a 29 anos De 30 a 39 anos De 40 a 49 anos De 50 a 59 anos

De 60 a 69 anos 70 anos ou mais

2) Por favor, informe sua área de pesquisa:

3) Lê em algum outro idioma além do português?

NÃO SIM Em caso afirmativo, em qual ou quais outros ?

4) Com que frequência normalmente necessita dos tipos de conteúdo abaixo relacionados em sua atividade acadêmica?

Doutrina Nunca Raramente Algumas vezes Sempre

Legislação Nunca Raramente Algumas vezes Sempre

Jurisprudência Nunca Raramente Algumas vezes Sempre

Outro _____ (especifique)

Nunca Raramente Algumas vezes Sempre

5) Avalie o grau de importância dos itens abaixo que considera adequado ao processo de seleção de material para ensino ou pesquisa. Marque de 1 a 5 para cada item avaliado, de acordo com a seguinte escala:

1 Muito Importante

2 Importante

3 Indiferente

4 Pouco Importante

5 Não considerado

5.1 Autor: 1 2 3 4 5

5.2 Editora: 1 2 3 4 5

5.3 Atualidade da publicação: 1 2 3 4 5

5.4 Profundidade do assunto (com detalhes suficientes):

1 2 3 4 5

5.5 Formato (impresso ou *online*): 1 2 3 4 5

5.6 Precisão (exatidão, correção): 1 2 3 4 5

5.7 Imparcialidade (abordagem sem favoritismo ou preconceito):

1 2 3 4 5

5.8 Cobertura (cobre todos os aspectos importantes):

1 2 3 4 5

5.9 Conveniência (nível de vocabulário e visual gráfico):

1 2 3 4 5

5.10 Idioma: 1 2 3 4 5

5.11 Estilo do autor (jornalístico, didático, poético, etc):

1 2 3 4 5

5.12 Aspectos especiais (inclusão e qualidade de bibliografias, notas, índices, apêndices): 1 2 3 4 5

5.13 Outro _____ (especificar item):

1 2 3 4 5

- 6) Em sua área de ensino ou pesquisa existem autores imprescindíveis?
- NÃO SIM Em caso afirmativo, cite até três autores:
- 7) Durante a última vez em que buscou material para suas atividades acadêmicas, qual critério foi mais importante para sua seleção? Relacione os quesitos que levou em consideração neste processo de escolha do material.
- 8) No caso de ter preferência por alguma editora, o que a diferencia, na sua visão, das demais editoras?
- 9) Em sua área de atuação, existe limite da data de publicação para que a obra continue sendo importante para uso? Explique.
- 10) O fator acessibilidade (possibilidade de ter acesso ao material) prevalece sobre o fator qualidade de conteúdo em seu processo de seleção de material para ensino ou pesquisa? Explique.

Grata por sua participação!